



Crescimento com solidez e transparência. Já pensou se toda empresa fosse assim?

RECEITA DE PRÊMIOS
R\$ 9,4 bilhões

LUCRO LÍQUIDO
R\$ 445,7 milhões

ATIVOS TOTAIS
R\$ 13,4 bilhões

Em 2011 a SulAmérica aprimorou produtos e serviços, ampliou canais de distribuição e desenvolveu processos inovadores. Tudo para estar mais próxima de corretores e clientes e gerar valor para seus acionistas de forma consistente e sustentável. É a SulAmérica reforçando o seu compromisso de assegurar proteção financeira a seus clientes em uma relação única de agilidade, confiança e transparência.

Afinal, se aborrecer pra quê?



SulAmérica

associada ao **ING** 



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
 Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América S.A. (“Companhia”) e controladas, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2011, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes.
 As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas segundo as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o BR GAAP.

1. Conjuntura econômica

A economia brasileira em 2011 teve seu comportamento influenciado em parte pela volatilidade que caracterizou o ambiente externo, com o desempenho de alguns setores sendo negativamente afetados. Instabilidades econômicas nos EUA e na Europa e o desastre natural no Japão foram alguns dos fatores que se destacaram. O Produto Interno Bruto (PIB), após forte recuperação em 2010, quando alcançou crescimento de 7,5%, perdeu fôlego ao longo do ano, e encerrou 2011 com aumento de apenas 2,8%, de acordo com estimativas recentes. Apesar do menor ritmo de crescimento, a ociosidade permaneceu reduzida, permitindo que o mercado de trabalho seguisse registrando as menores taxas de desemprego na série recente, encerrando o ano em 6,0%. Isto, contudo, manteve a inflação sob pressão, também motivada pelo aumento dos preços das *commodities* ao final de 2010 e início de 2011. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou 2011 com alta de 6,5%, alcançando o teto da meta do governo. O Banco Central do Brasil iniciou o ano realizando aperto monetário gradual para conter pressões inflacionárias e elevou a taxa SELIC de 10,75% em janeiro para 12,50% em julho de 2011. No curso do exercício, com o objetivo de combater efeitos recessivos sobre a atividade econômica doméstica e devido ao agravamento da crise internacional, o Banco Central do Brasil flexibilizou a política monetária a partir de agosto, com sucessivos cortes na taxa SELIC, que encerrou 2011 em 11,0%. A balança comercial continuou superavitária, fechando o ano com saldo de US\$ 29,8 bilhões. Isso, somado ao forte ingresso de capitais estrangeiros, não só financiou o déficit de US\$ 50,0 bilhões em conta corrente, como levou a superávit no balanço de pagamentos, favorecendo o aumento das reservas internacionais no ano, que encerraram com US\$ 352 bilhões.

O cenário internacional também impactou negativamente o mercado de ações brasileiro e o mercado de câmbio. O Ibovespa encerrou o ano em 56.754 pontos, com desvalorização de 18,1% em relação ao ano anterior, e o dólar encerrou 2011 cotado a R\$1,8669 para venda, com desvalorização de 12,4% em relação ao fechamento de 2010. Para 2012, estimativas divulgadas pelo Banco Central do Brasil para o PIB apontam para um crescimento de cerca de 3,3%, com a inflação devendo situar-se no entorno de 5,3%.

2. Principais Informações Financeiras Consolidadas

Conforme orientações da Circular SUSEP 424/2011 publicada em abril de 2011, os prêmios referentes aos produtos de VGBL – Vida Geradora de Benefício Livre, anteriormente classificados no segmento de seguros de pessoas passaram a ser reconhecidos nos resultados de operações de previdência privada. Dessa forma, os resultados relativos ao ano de 2010 foram reclassificados para refletir esta mudança e permitir melhor comparação.

Resultado (R\$ milhões)	2011	2010	Var.
Prêmios de seguros*	9.426,1	8.266,1	14,0%
Prêmios ganhos	8.944,5	7.864,5	13,7%
Sinistros ocorridos e despesas com benefícios	(6.670,6)	(5.586,2)	19,4%
Custos de aquisição	(1.057,0)	(921,4)	14,7%
Margem bruta	1.216,9	1.356,9	-10,3%
Resultado antes dos impostos e participações	747,7	1.009,3	-25,9%
Lucro líquido	445,7	614,0	-27,4%
Lucro líquido recorrente**	448,1	462,6	5,0%

Índices	2011	2010	Var.
Índice de sinistralidade (% dos prêmios ganhos)	74,6%	71,0%	-3,6 p.p.
Índice de despesas de comercialização (% dos prêmios ganhos)	11,8%	11,7%	-0,1 p.p.
Índice de despesas administrativas + tributos (% dos prêmios retidos)	10,4%	10,8%	0,4 p.p.
Índice de margem bruta (% dos prêmios ganhos)	13,6%	17,3%	-3,7 p.p.
Índice combinado	99,6%	97,7%	-1,9 p.p.
Retorno sobre o patrimônio líquido médio anualizado (ROAE)	14,9%	21,5%	-6,6 p.p.

*Contempla prêmios convênio DPVAT, prêmios cedidos em co-seguros e a cobertura de risco das contribuições ao VGBL.

** A diferença entre o lucro líquido do exercício e o recorrente refere-se basicamente ao RETROTAC em 2011 e as vendas da participação acionária da BRASILVEÍCULOS e do imóvel do Murumbi, em 2010.

3. Comentário sobre o desempenho

No ano de 2011, o lucro líquido alcançou R\$445,7 milhões, com redução de 27,4% em relação a 2010. O retorno sobre o patrimônio líquido médio anualizado (ROAE) em 2011 foi de 14,9%, frente a 21,5% em 2010.

Considerando números recorrentes, em 2011 o lucro líquido somou R\$448,1 milhões, com incremento de 5,0% em relação ao ano anterior, R\$426,6 milhões. O aumento em comparação ao ano de 2010 foi resultado da estratégia de crescimento com foco em rentabilidade, orientação que permeia todas as áreas da Companhia. Em 2011, o ROAE ajustado foi de 15,0%, frente a 14,9% em 2010.

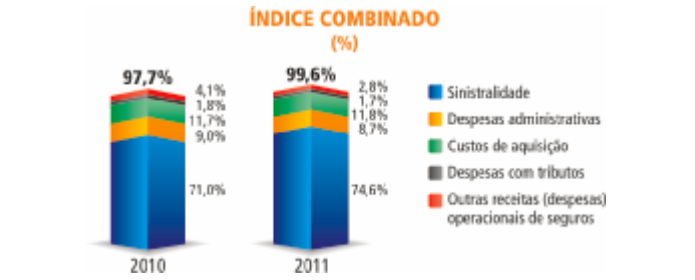


Em 2011, a receita de prêmios de seguros atingiu R\$9,4 bilhões, 14,1% acima da receita obtida em 2010 e incremento de R\$1,2 bilhão em prêmios. Desse montante, 66,2% foram gerados pelo segmento de seguro saúde e odontológico (R\$6,3 bilhões), que englobam cerca de 2,4 milhões de beneficiários, enquanto 23,6% corresponderam ao segmento de seguros de automóveis (R\$2,2 milhões), que contava com frota segurada de 1,5 milhão de veículos. O segmento de ramos elementares foi responsável por 5,2% dos prêmios totais da Sul América no ano (R\$493,9 milhões) e o segmento de vida e previdência, 5,0% (R\$473,9 milhões).



Em 2011, os sinistros retidos e despesas com benefícios somaram R\$6,7 bilhões, 19,4% acima de 2010, enquanto a sinistralidade total foi de 74,6%, com aumento de 3,6 pontos percentuais (p.p.) sobre o ano anterior. Os custos de aquisição somaram R\$1,1 bilhão, aumento de 14,7% frente a 2010, representando 11,8% dos prêmios ganhos. As outras receitas e despesas operacionais de seguros totalizaram R\$257,5 milhões, com queda de 22,0% em relação a 2010. As despesas administrativas somaram R\$795 milhões, montante 8,9% superior ao reportado em 2010, e o índice de despesas administrativas apresentou redução de 0,4 p.p., representando 8,7% dos prêmios retidos em 2011. A melhoria verificada no índice de despesas administrativas em 2011 se deu pela redução de despesas com pessoal próprio e otimização de processos operacionais internos, compensando, em parte o aumento de despesas com contratos com terceiros, principalmente serviços relacionados à tecnologia da informação.

Em 2011, o índice combinado foi de 99,6%, com aumento de 1,9 p.p. frente a 2010.



O saldo das aplicações em títulos e valores mobiliários da Companhia não vinculadas às operações de previdência e VGBL cresceu 1,9% em 2011 em relação ao ano anterior, totalizando R\$4,8 bilhões. Desse total, cerca de 98% estavam alocados em ativos de renda fixa, investidos principalmente em títulos com classificação de risco AAA ou risco soberano (títulos públicos). A rentabilidade das aplicações dos ativos não vinculadas às operações de previdência e VGBL foi de 110,4% no acumulado de 2011. O saldo das aplicações de previdência e VGBL aumentou 16,8% comparado a 2010, registrando R\$3,3 bilhões em dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Senior Notes com vencimento em 15.02.2012, somava R\$352 milhões.

4. Áreas de Negócios

4.1 Seguro Saúde e Odontológico: O segmento de seguro saúde e odontológico, que representou 66,5% dos prêmios totais da Sul América, registrou prêmios de R\$6,3 bilhões, crescimento de 17,8% na comparação entre 2011 e 2010. Em 2011, a Companhia manteve sua estratégia de atuação voltada aos planos de seguro saúde grupal, com foco também nos segmentos de pequenas e médias empresas (PME) e nas oportunidades de aumento de vendas de planos odontológicos.

Seguro saúde grupal: os prêmios de seguro saúde grupal totalizaram R\$4,7 bilhões, 24,8% acima de 2010. O crescimento verificado em 2011 foi explicado pelos reajustes aplicados às apólices e também pelo incremento de 32,4% na carteira de beneficiários, que alcançou 1,9 milhão de segurados.

Seguro saúde corporativo: os prêmios cresceram 20,9% em comparação com o ano anterior. Em dezembro de 2011, a carteira de saúde grupal corporativa contava com 1.176 mil membros, 49,0% do total de beneficiários do segmento de saúde.

Seguro saúde PME: este segmento apresentou 37,0% de crescimento em prêmios entre 2010 e 2011. Tal desempenho foi alcançado por reajustes aplicados aos planos e aumento no número de beneficiários da carteira, que reunia 272 mil membros ao final de 2011, número 22,5% superior a 2010.

Planos odontológicos: em 2011, o crescimento foi de 93,7%, com receita total de R\$73,9 milhões. A Sul América encerrou o ano com 449.790 beneficiários, 103,4% acima de 2010, refletindo tanto seu crescimento orgânico quanto a aquisição da Dental Plan.

Seguro saúde individual: os prêmios somaram R\$1,5 bilhão, com crescimento de 3,3% sobre o ano de 2010. A carteira encerrou 2011 com 241.297 membros, o que corresponde a uma redução de 6,7% em relação a 2010. O reajuste de 7,69% (apólices emitidas após a vigência da Lei 9.656/98) e 7,35% (apólices emitidas antes da vigência da Lei 9.656/98) autorizado pela ANS aplicado a partir do segundo trimestre de 2011 compôs em parte a redução da carteira de segurados.

A sinistralidade do segmento de seguro saúde e odontológico foi de 79,8%, aumento de 2,2 p.p. em relação ao ano anterior. Este aumento se deveu a maior frequência de utilização observada em 2011 e ao incremento nos preços de materiais e medicamentos. A Sul América vem ampliando ações para controle da frequência de utilização e gerenciamento de riscos. O índice de sinistralidade do seguro saúde grupal foi de 77,7%, 2,0 p.p. superior ao ano anterior. Já na carteira de seguro individual, o índice foi de 87,0%, crescimento de 5,9 p.p. em relação a 2010.

4.2 Seguros de Automóveis

Os prêmios do segmento de seguros de automóveis atingiram R\$2,2 bilhões, representando 23,6% dos prêmios totais da Sul América em 2011. O crescimento de 7,3% comparado a 2010 é explicado tanto pela recomposição nos prêmios das apólices a partir do início do terceiro trimestre, como pelo aumento de 8,2% da frota, que alcançou 1,5 milhão de veículos ao final do ano.

Em 2011, a Sul América aprimorou seus processos de precificação e de gestão de sinistros para oferecer ainda mais agilidade no atendimento aos seus clientes. Para contribuir com essa estratégia, a Sul América inaugurou em 2011 seis novos Centros Automotivos de Super Atendimento - C.A.S.A.s, ampliando assim sua rede que hoje conta com 35 unidades nas principais cidades do país.

Como estratégia de expansão e fortalecimento de sua presença física em todo território nacional, a Companhia aprimorou suas estruturas de relacionamento com os corretores através da oferta constante de capacitação e treinamento, do aprimoramento da política de comissionamento e do reconhecimento de performance de venda, além de ampliar o número de filiais, encerrando o ano com 63 unidades presentes nos grandes centros econômicos e pólos com potencial estratégico.

Em 2011, a Sul América também incrementou sua receita de prêmios através de parcerias comerciais, ampliadas com o acordo firmado em abril com a Caixa Seguros para o segmento de automóveis. Em 2011, a sinistralidade do segmento de seguros de automóveis alcançou 64,1%. O aumento de 3,7 p.p. comparado ao ano anterior foi consequência, em parte, das características do ambiente competitivo, sobretudo no primeiro semestre do ano, e do incremento nos custos com sinistros.

4.3 Seguros de Outros Ramos Elementares:

Os prêmios do segmento de ramos elementares somaram R\$493,9 milhões, 7,2% acima do ano anterior, respondendo por 5,2% dos prêmios totais da Sul América. Esse crescimento se deu, principalmente, pelo incremento dos prêmios nos ramos de transportes (+7,4%), massificados (+4,6%) e responsabilidade civil geral (+89,3%), que, juntos, cresceram 17,6% no ano e representaram 55,7% do total da carteira do segmento. A Sul América vem aprimorando sua política de aceitação de riscos neste segmento e ampliando sua carteira de seguros massificados. Em 2011, a Companhia lançou novos produtos e iniciou a reestruturação da sua política de precificação nesse segmento, visando oferecer aos seus clientes produtos mais competitivos, que atendam a demanda do mercado.

A Companhia vem registrando evolução positiva em sua sinistralidade no segmento de ramos elementares e em 2011 registrou índice de 54,3%, nível mais baixo desde sua abertura de capital, em 2007.

4.4 Seguros de Pessoas:

Os prêmios do segmento de seguros de pessoas representaram 5,0% do total de prêmios da Companhia, totalizando R\$473,9 milhões. Os prêmios cresceram 7,8% na comparação com o ano anterior, em linha com o aumento nas vendas de produtos com valor unitário médio mais elevado e com o desempenho das parcerias de distribuição com canais de venda massificada. A carteira de seguros de pessoas encerrou 2011 com 2.253 mil vidas. No ano de 2011, este segmento registrou sinistralidade de 64,0%, impactada negativamente pelo aumento de provisão para insuficiência de prêmios (PIP) no primeiro semestre de 2011.

4.5 Resultado das Operações de Previdência: As operações de previdência geraram ganho de R\$12,3 milhões, com importante melhora frente ao resultado de 2010, negativo de R\$8,2 milhões. As rendas de contribuição de previdência e prêmios de VGBL cresceram 7,7% e as reservas de previdência e VGBL alcançaram R\$3,3 bilhões.

4.6 Resultado com operações de assistência à saúde: Os resultados dos planos administrados de pós-pagamento (operações de assistência à saúde) somou R\$29,8 milhões em 2011, com redução de 2,0% frente ao ano anterior. A carteira de segurados dos planos de pós-pagamento encerrou o ano com 263.263 membros, número 19,2% menor do que o registrado em 31 de dezembro de 2010, devido à migração de alguns contratos, por decisão do cliente, para modalidade de pré-pagamento.

4.7 Resultado das operações de gestão de ativos: o resultado das operações de gestão de ativos foi de R\$26,4 milhões, com crescimento de 26,3% em relação ao ano de 2010. Segundo dados divulgados pela ANBIMA, o volume de ativos administrados pela Sul América Investimentos D.T.V.M. S.A. ao final de 2011 totalizou R\$19,6 bilhões, com aumento de 12,0% frente ao saldo observado em 2010. O incremento do volume de ativos administrados foi obtido com a ampliação da carteira de produtos e a oferta de novos fundos de renda variável.



A agência de classificação de risco Standard & Poor's reafirmou a classificação 'AMP-1' (Muito Forte) atribuída à Sul América Investimentos DTVM S.A. Esta classificação reflete o bom perfil de negócios da empresa e os benefícios de integrar o grupo Sul América; de manter uma carteira diversificada, com uma boa gama de produtos, práticas muito fortes relativas às operações e controles; a expertise de seu corpo diretivo; processos disciplinados de administração de investimentos, e seus bons princípios fiduciários.

5. Vendas e Marketing

Na área de vendas, a Sul América ofereceu aos seus clientes um amplo portfólio de produtos e serviços diferenciados por meio de 63 filiais integrando um total de mais de 100 pontos de presença nas principais cidades do país que garantem apoio aos mais de 30 mil corretores que distribuem os produtos da Sul América aos mais de 6,7 milhões de clientes. Além disso, a Sul América também distribui seus produtos e serviços através de mais de 20 parcerias com bancos e instituições financeiras, alcançando mais de 16 mil pontos de venda.

A Sul América ampliou serviços e benefícios oferecidos aos clientes do Seguro Auto Sul América em todo o país com a inauguração de seis unidades de sua rede de centros automotivos de super atendimento, os C.A.S.A.s., localizados nas cidades de Londrina (PR), Florianópolis (SC), Belo Horizonte (MG), Tatuapé (SP), Niterói (RJ) e Santos (SP). Em 2011, a rede de C.A.S.A.s alcançou 35 unidades nas principais cidades do país.

Em 2011, a Sul América deu continuidade à sua campanha de comunicação “Se aborrecer pra quê?”, que traduz o posicionamento da marca, representando atendimento de qualidade e sem aborrecimentos para os clientes. Ainda foram lançados o cartão de crédito Sul América Credicard, o serviço de Assistência 24 horas para o segmento de seguros de automóveis e a campanha de comunicação que suporta o projeto Previdência sem Blá Blá Blá. Este último envolveu o lançamento de um portal na internet para esclarecimento de dúvidas sobre previdência privada, explorando um conceito inovador na abordagem deste tema no Brasil.

Ainda na área de comunicação, a Sul América manteve seu patrocínio nos Rádios Sul América Trânsito, em São Paulo, e na Sul América Paradiso, no Rio de Janeiro. Estas iniciativas visam fortalecer a percepção da marca nestas duas importantes regiões.

6. Pessoas

A Sul América implementou em 2011 uma importante revisão em sua plataforma de gestão de pessoas. A proposta visou agregar à área de Recursos Humanos da Companhia a capacidade de acompanhar o ritmo da evolução dos seus negócios e interagir de forma mais efetiva no engajamento de seus colaboradores e no alinhamento das lideranças.

Uma nova plataforma de gestão de pessoas identificou três pilares de sustentação. O primeiro contemplou a evolução do processo de gestão de pessoas, onde encontram-se os modelos e programas de RH. O segundo pilar compreende o desenvolvimento de lideranças e o alinhamento dos valores e a tomada de decisão com base neles. O terceiro pilar corresponde ao modelo de comunicação e tem por objetivo aproximar a alta liderança dos demais empregados.

Em 2011, a Companhia manteve investimentos na capacitação dos funcionários e investiu no desenho de uma nova arquitetura de aprendizagem com objetivo de garantir, além da retenção de conhecimentos chave, maior direcionamento da capacitação através da leitura da relevância das competências para a agenda de negócios.

7. Sustentabilidade

A Sul América prosseguiu e ampliou sua estratégia de disseminação de conceitos e conscientização do seu público interno a respeito dos principais temas relacionados à sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social corporativa. Em março de 2011, o Comitê de Sustentabilidade da Sul América passou a se reportar diretamente ao Conselho de Administração, participando ativamente das decisões estratégicas da Companhia.

Pelo terceiro ano consecutivo, a Sul América foi reconhecida pela relevância que tem dedicado à sustentabilidade, sendo a primeira e única seguradora a integrar a carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da BM&FBovespa. Em 2011, pelo terceiro ano consecutivo também, a Sul América publicou seu relatório anual, de acordo com as diretrizes G3 do GRI (*Global Reporting Initiative*), qualificado com a categoria B.

Desde 2009 a empresa é signatária e mantém iniciativas que contribuam para o Protocolo do Seguro Verde firmado entre o Ministério do Meio Ambiente, a Confederação Nacional de Seguros (CNSeg) e o Sindicato das Seguradoras (SindSeg). Neste mesmo ano a Sul América Investimentos tornou-se signatária do *Principles for Responsible Investment* (PRI) das Nações Unidas.

Em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos, lançada em 2010, a Companhia vem investindo em processos que visam a redução da utilização de materiais, bem como implantando iniciativas de consumo consciente dos recursos naturais em suas unidades operacionais e reciclagem de resíduos, como os provenientes de sinistros.

8. Mercado de Capitais e Governança Corporativa

A Sul América em 2011 continuou alinhada às melhores práticas de governança corporativa, sendo pioneira em iniciativas que aproximam o Conselho de Administração das unidades de negócios da Companhia, dos clientes e dos corretores. Projetos como o programa de educação continuada dos membros do Conselho de Administração, chamado de *Conselho NA Sul América*, seguiu proporcionando aos conselheiros a oportunidade de participar na operação de projetos do dia a dia da Companhia.

Além disso, em 2011 a Sul América foi reconhecida por suas práticas de governança corporativa diferenciadas e recebeu Menção Honrosa no 13º Prêmio ABRASCA de Relatório Anual. Pelo segundo ano consecutivo, a Companhia foi reconhecida como Destaque Setorial no Prêmio Abrasca de Criação de Valor e a reunião pública realizada em Belo Horizonte (MG) no mês de maio recebeu o Prêmio Apimec Minas Mercado de Capitais, Categoria: Qualidade - Melhor Reunião. A revista Capital Aberto concedeu à Sul América o primeiro lugar no Prêmio As Melhores Companhias para os Acionistas 2011, na categoria de companhias com valor de mercado entre R\$ 5 bilhões e R\$ 15 bilhões.

Além de integrar o ISE, as units da Sul América fazem parte das carteiras do Índice Brasil - IBX, Índice BM&FBovespa Financeiro - IFNC, Índice Small Cap - SMLL, Índice de Ações com Tag-Along Diferenciado - ITAG, Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – IGC, Índice de Governança Corporativa Trade – IGCT, Índice de Dividendos – IDIV e do Índice Brasil Ampliado - IBRA.

Em novembro, a agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) elevou o rating de crédito de contraparte de longo prazo (escala global) atribuído à Sul América S.A. de BB- para BB e o rating de sua subsidiária operacional Sul América Companhia Nacional de Seguros de BB+ para BBB-, passando a ser grau de investimento. A perspectiva da S&P para ambos os ratings é estável. Em dezembro, a agência de classificação de risco Fitch Ratings emitiu relatório mantendo o rating de crédito de contraparte de longo prazo (escala global) atribuído à Sul América S.A. em BB+ e elevando para positiva a perspectiva da Companhia.

Em janeiro de 2012, a agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) atribuiu rating brAA (Escala Nacional Brasil) e a agência de classificação de risco Fitch atribuiu rating AA- (rating nacional preliminar de longo prazo) para a primeira emissão das Debêntures Simples da Companhia. Em 2011, as *units* da Sul América S.A. (BM&FBovespa: SULA11) apresentaram desvalorização de 27,4%, enquanto o Ibovespa acumulou perda de 18,1%. As *units* encerraram o ano cotadas a R\$15,10, e o valor de mercado da Companhia era de R\$4,2 bilhões em 31.12.2011. O volume financeiro médio diário de negociação das *units* foi de R\$8,9 milhões, com aumento de 21,9% em relação a 2010.



*Regression analysis performed against Ibovespa.

9. Investimentos

Em 31.12.2011, a Companhia mantinha investimentos diretos nas seguintes sociedades: Sul América Companhia Nacional de Seguros no montante de R\$555,3 milhões, Sul América Companhia de Seguro Saúde no montante de R\$748,0 milhões e Saepar Serviços e Participações S.A. no montante de R\$1,9 bilhão.

10. Resultado do exercício e proposta para sua destinação

A Administração encaminhou à Assembleia Geral Ordinária proposta de distribuição do resultado que contempla o pagamento de dividendos no montante de R\$211,7 milhões, equivalentes a 50% do lucro líquido total ajustado do exercício. A proposta encaminhada está em linha com a política de distribuição de dividendos aprovada pelo Conselho de Administração em 23.02.2010.

Resultado do exercício e proposta para sua destinação (Controladora):

R\$mil	Companhia	
	2011	2010
Lucro Líquido do Exercício	445.682	614.021
Constituição da Reserva Legal (5%)	(22.284)	(30.701)
Lucro Líquido Ajustado (Artigo 202 - Leis 6.404/76 e 10.303/01)	423.398	583.320
Dividendos Obrigatórios		
25% do Lucro Ajustado (Artigo 202 – Leis 6.404/76 e 10.303/01)	105.850	145.830
(-) Dividendos Antecipados	29.977	–
(-) Juros sobre Capital Próprio (líquido de impostos)	60.432	–
Total de dividendos obrigatórios	15.441	145.830
Dividendos adicionais	105.850	145.830
Total de dividendos propostos	121.291	291.660
Destinação:		
Constituição de Reserva para Expansão de Negócios	211.698	291.660

Em atendimento à Deliberação CVM Nº 592/09, que aprova o CPC 23, o montante de dividendos propostos e não pagos acima do mínimo obrigatório não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras como passivo e sim em conta própria do patrimônio líquido.

11. Atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003

Durante o ano de 2011 foram contratados [] alguns serviços [] adicionais aos serviços de auditoria, que compreenderam 29% do total pago referente a serviços de auditoria. São eles:

Serviço	R\$ Mil
Regulatório Não Recorrente requerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)	225
Revisão de DIPJ	29
Emissão de carta conforto relacionado ao processo de captação de recursos	373
Total	627

O grupo de empresa ao qual a Companhia pertence, possui uma política de partes relacionadas, disponível no site www.sulamerica.com.br, que permite o acompanhamento e o monitoramento de suas partes relacionadas, e de prestadores de serviços, como os auditores externos, [] para que estes mantenham-se independentes e não haja conflitos de interesses e nem a perda de objetividade. Os auditores externos entendem que são independentes da Companhia e do grupo ao qual ela pertence[] , de acordo com o que está definido na Instrução CVM Nº 381/2003 e []demais normas de auditoria aplicáveis, que não há qualquer contrato de serviços de não auditoria até o momento que quebre esta relação[] de independência, até mesmo por suas características “ não recorrentes”.

12. Acordo de Acionistas

A Sul América S.A. é parte em acordo de acionistas celebrado em 10.05.2002 por seus controladores e o ING Insurance International B.V., regulando, entre outros, a política de governança corporativa da Companhia, as condições para alienação de ações de emissão da Companhia, o direito de preferência para a sua aquisição e o exercício do direito de voto dos acionistas.

13. Câmara de Arbitragem

A Companhia, seus acionistas e administradores estão vinculados à arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme artigo 45 de seu Estatuto Social.

14. Declaração dos Diretores Estatutários

Os diretores estatutários da Sul América S.A., companhia aberta de capital autorizado com sede na Cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ nº 29.978.814/0001-87, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07.12.2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31.12.2011, assim como com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, sobre essas demonstrações.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2012.
 A ADMINISTRAÇÃO



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

ATIVOS	Notas	Companhia		Consolidado	
		2011	2010 (Reclassificado)	2011	2010 (Reclassificado)
ATIVO CIRCULANTE	-	255.204	331.326	9.433.526	8.318.187
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7	428	26.695	460.425	593.478
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	8	95.464	143.496	6.639.817	5.735.907
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	-	-	-	1.162.529	929.869
Prêmios a Receber	9.1	-	-	773.556	737.029
Operações com Seguradoras	-	-	-	51.908	37.093
Operações com Resseguradoras	-	-	-	131.052	102.126
Outros Créditos Operacionais	12	-	-	206.013	53.621
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	-	-	-	8.203	5.113
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	10	-	-	349.994	272.423
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	-	159.177	160.366	374.140	367.389
Títulos e Créditos a Receber	-	128.345	135.535	137.729	164.660
Créditos Tributários e Previdenciários	11.1	30.595	24.806	112.932	88.759
Outros Créditos	21.1	237	25	123.479	113.970
ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA	-	-	-	-	1.266
OUTROS VALORES E BENS	13	-	-	53.617	45.437
DESPESAS ANTECIPADAS	-	135	769	26.441	22.124
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	14	-	-	358.360	345.181
Seguros	-	-	-	353.007	340.491
Previdência Complementar	-	-	-	5.353	4.690
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	3.253.920	3.044.676	3.985.300	3.924.528
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	1.403	1.060	3.795.922	3.761.422
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	8	10	10	1.063.014	1.231.565
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	-	-	-	10.546	20.902
Prêmios a Receber	9.1	-	-	10.409	20.627
Operações com Seguradoras	-	-	-	137	275
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	10	-	-	189.130	181.672
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	-	1.393	955	2.358.813	2.166.281
Créditos Tributários e Previdenciários	11.1	-	-	643.664	593.082
Depósitos Judiciais e Fiscais	22	1.393	955	1.676.382	1.519.812
Outros Créditos a Receber	-	-	-	38.767	53.387
OUTROS VALORES E BENS	13	-	-	1.095	1.092
DESPESAS ANTECIPADAS	-	-	95	12.529	7.845
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	14	-	-	160.795	152.065
Seguros	-	-	-	157.087	149.194
Previdência Complementar	-	-	-	3.708	2.871
INVESTIMENTOS	15	3.249.564	3.039.863	3.565	4.825
IMOBILIZADO	-	43	-	56.006	58.168
INTANGÍVEL	-	2.910	3.753	129.807	100.113
TOTAL DO ATIVO	-	3.509.124	3.376.002	13.418.826	12.242.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	Companhia		Consolidado	
		2011	2010 (Reclassificado)	2011	2010 (Reclassificado)
PASSIVO CIRCULANTE	-	430.604	166.009	5.533.711	4.762.690
CONTAS A PAGAR	-	430.604	166.009	862.633	570.399
Obrigações a Pagar	16.1	68.688	151.181	177.219	269.665
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	-	1.180	4.018	103.625	80.983
Encargos Trabalhistas	-	-	-	33.617	31.006
Empréstimos e Financiamentos	16.4.1	350.867	5.591	351.230	5.591
Impostos e Contribuições	16.2	9.071	4.815	116.864	89.504
Outras Contas a Pagar	16.3	798	404	80.078	93.650
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	-	-	-	408.735	326.302
Prêmios a Restituir	-	-	-	6.862	5.591
Operações com Seguradoras	-	-	-	34.054	23.515
Operações com Resseguradoras	17.1	-	-	185.543	134.301
Corretores de Seguros e Resseguros	17.2	-	-	92.975	105.120
Outros Débitos Operacionais	-	-	-	89.301	57.775
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	-	-	-	2.623	2.425
Débitos de Resseguros	-	-	-	220	275
Outros Débitos Operacionais	-	-	-	2.403	2.150
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	18	-	-	53.755	54.318
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	19.1	-	-	3.565.686	3.186.183
SAÚDE	-	-	-	1.119.309	995.829
SAÚDE	-	-	-	2.072.892	1.950.843
DANOS	-	-	-	-	-
PESSOAS	-	-	-	185.185	174.156
VIDA COM COBERTURA POR SOBREVIVÊNCIA	-	-	-	188.300	155.355
PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	19.3	-	-	553.995	501.247
OUTROS DÉBITOS	-	-	-	86.284	121.816
Provisões Trabalhistas	22	-	-	5.835	6.953
Provisões Cíveis	22	-	-	53.507	39.669
Débitos Diversos	-	-	-	26.942	75.194
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	2.006	318.136	4.808.601	4.588.168
CONTAS A PAGAR	-	2.006	318.136	1.090.737	1.307.116
Obrigações a Pagar	16.1	1.575	1.558	868.050	808.413
Tributos Diferidos	11.2	417	1.191	160.065	124.185
Empréstimos e Financiamentos	16.4.1	-	315.381	-	315.381
Outras Contas a Pagar	16.3	14	6	62.622	59.137
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	-	-	-	11.969	13.284
Operações com Seguradoras	-	-	-	5.350	10.699
Operações com Resseguradoras	17.1	-	-	4.025	-
Prêmios a Restituir	-	-	-	2.579	2.579
Corretores de Seguros e Resseguros	17.2	-	-	15	6
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	19.1	-	-	1.221.692	1.038.780
SAÚDE	-	-	-	30.599	29.669
DANOS	-	-	-	354.986	366.491
PESSOAS	-	-	-	241.846	169.049
VIDA COM COBERTURA POR SOBREVIVÊNCIA	-	-	-	594.261	473.571
PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	19.3	-	-	2.000.619	1.758.256
OUTROS DÉBITOS	22	-	-	482.909	469.163
Provisões Fiscais	-	-	-	248.444	237.400
Provisões Trabalhistas	-	-	-	24.232	31.319
Provisões Cíveis	-	-	-	200.962	200.444
Outras Provisões	-	-	-	9.271	-
DÉBITOS DIVERSOS	23	3.076.514	2.891.857	3.076.514	2.891.857
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	3.076.514	3.076.514	3.076.514	3.076.514
Capital Social	23.1	1.237.882	1.185.831	1.237.882	1.185.831
Reservas de Capital	-	377.156	377.112	377.156	377.112
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	13.665	7.175	13.665	7.175
(-) Ações em Tesouraria	-	(69.353)	(58.944)	(69.353)	(58.944)
Reservas de Lucros	-	1.517.164	1.384.683	1.517.164	1.384.683
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	3.509.124	3.376.002	13.418.826	12.242.715

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

ATIVOS	Notas	Companhia		Consolidado	
		2011	2010 (Reclassificado)	2011	2010 (Reclassificado)
OPERAÇÕES DE SEGUROS	-	-	-	-	-
PRÊMIOS RETIDOS	24.1	-	-	9.124.803	8.093.594
Prêmios de Seguros	-	-	-	9.374.950	8.214.731
Prêmios Convênio DPVAT	-	-	-	51.170	48.309
Prêmios Cedidos em Co-seguros	-	-	-	(15.743)	(11.582)
Prêmios Cedidos em Resseguros	-	-	-	(275.792)	(148.745)
Prêmios de Retrocessão	-	-	-	39	363
Prêmios Cedidos em Consórcios e Fundos	-	-	-	(25.589)	(24.159)
Contribuição para Cobertura de Riscos	-	-	-	15.768	14.677
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS	-	-	-	(180.256)	(229.107)
PRÊMIOS GANHOS	24.1	-	-	8.944.547	7.864.487
SINISTROS OCORRIDOS	24.1	-	-	(6.649.970)	(5.562.909)
Sinistros Diretos	-	-	-	(7.377.470)	(5.711.824)
Sinistros de Consórcios e Fundos	-	-	-	(20.546)	(19.061)
Serviços de Assistência	-	-	-	(321)	(310)
Recuperação de Sinistros	-	-	-	391.104	91.882
Salvados e Ressarcimentos	-	-	-	192.607	153.563
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	-	-	-	164.656	(77.159)
DESPESAS COM BENEFÍCIOS	24.1	-	-	(20.620)	(23.315)
Despesas com Benefícios Retidos	-	-	-	(20.012)	(23.821)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos mas não Avisados	-	-	-	(608)	506
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	24.1	-	-	(1.056.979)	(921.359)
Comissões	-	-	-	(1.046.358)	(987.670)
Recuperação de Comissões	-	-	-	13.839	8.789
Outros Custos de Aquisição	-	-	-	(2.179)	(2.093)
Variação dos Custos de Aquisição Diferidos	-	-	-	(22.281)	59.615
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	-	-	-	(257.472)	(330.060)
Outras Receitas Operacionais	24.2	-	-	20.187	25.002
Outras Despesas Operacionais	24.3	-	-	(277.659)	(355.062)
OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-
PRÊMIOS E RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES RETIDAS	-	-	-	397.849	369.365
Prêmios e Rendas de Contribuições	-	-	-	397.849	369.365
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS	-	-	-	(373.781)	(384.380)
RENDAS COM TAXAS DE GESTÃO	-	-	-	29.132	25.107
DESPESAS COM BENEFÍCIOS E RESGATES	-	-	-	(25.103)	(5.004)
Despesas com Benefícios	-	-	-	(24.940)	(5.926)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos mas não Avisados	-	-	-	(163)	922
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	-	-	-	(15.309)	(12.708)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	-	-	-	(478)	(557)
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	(478)	(557)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	-	-	-	29.750	30.328
RESULTADO DA ATIVIDADE FINANCEIRA	-	-	-	26.400	20.866
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	24.4	(8.271)	(12.112)	(795.044)	(729.822)
DESPESAS COM TRIBUTOS	-	(9.272)	(2.922)	(152.411)	(147.433)
RESULTADO FINANCEIRO	24.5	(42.600)	(27.072)	658.110	510.131
Receitas Financeiras	-	147.090	105.072	1.580.125	1.165.248
Despesas Financeiras	-	(189.690)	(132.144)	(922.015)	(655.117)
RESULTADO PATRIMONIAL	-	505.851	659.353	9.093	306.552
Receitas com Imóveis de Renda	-	-	-	453	224
Ajustes de Investimentos em Controladas e Coligadas	15	505.687	659.321	33	(2.669)
Outras Receitas/(Despesas) Patrimoniais	-	164	32	533	(3.120)
Resultado na Alienação de Ativos - Investimentos, Imobilizado e Intangível	24.6	-	-	8.074	312.117
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	-	445.708	617.247	747.714	



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

Descrição	Reservas de Capital							Reservas de Lucros					Companhia		Consolidado			
	Capital Social	Reserva Especial de Ágio Incorporação	Reserva de Ágio em Subscrição de Ações	Ágio em Transações de Capital	Opções Outorgadas Reconhecidas	Total das Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Dividendo Adicional Proposto	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros a Realizar	Total das Reservas de Lucros Acumulados	Lucros Controladora	Participação de Acionistas Não Controladores	Total		
																	Reserva para Expansão de Negócios	Dividendo Proposto – Total
SALDOS EM 01.01.2010	1.185.831	25.995	355.000	-	5.050	386.045	15.652	(21.622)	65.182	819.589	99.534	192	31.529	1.016.026	-	2.581.932	249.191	2.831.123
LCURO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	5.050	386.045	15.652	(21.622)	65.182	819.589	99.534	192	31.529	1.016.026	614.021	2.581.932	249.191	2.831.123
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	(8.477)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.477)
Aquisição de Ações para Manutenção em Tesouraria (Nota 21.2)	-	-	(8.348)	-	-	(8.348)	-	(37.322)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45.670)
Dividendo Adicional Proposto pago, conforme AGO/AGE de 31.03.2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(99.534)	-	-	-	(99.534)	-	-	-	(99.534)
Ágio em Transações de Capital	-	-	-	(6.923)	-	(6.923)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.923)
Opções Outorgadas Reconhecidas	-	-	-	-	5.162	5.162	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.162
Opções Outorgadas Exercidas	-	-	-	-	(2.824)	(2.824)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.824)
Destinação do Lucro Líquido do Exercício:																		
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	30.701	-	-	-	-	-	30.701	-	-	-	-
Reserva para Expansão de Negócios	-	-	-	-	-	-	-	323.189	-	-	-	-	-	323.189	(323.189)	-	-	-
Dividendos Propostos – Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(291.660)	-	-	-	-	(291.660)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145.830	-	-	-	145.830	-	-	-	145.830
Dividendo Proposto – Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANSAÇÕES COM ACIONISTAS																		
Realização da Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.529)	(31.529)	31.529	-	-	-
Acionistas Não Controladores – Realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(248.071)	(248.071)
SALDOS EM 31.12.2010	1.185.831	25.995	346.652	(6.923)	7.388	373.112	7.175	(58.944)	95.883	1.142.778	145.830	192	-	1.384.683	-	2.891.857	-	2.891.857
LCURO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	6.490	-	-	-	-	-	-	-	445.682	-	-	445.682
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital com Reservas de Lucros	52.051	-	-	-	-	-	-	-	(51.859)	-	-	(192)	-	(52.051)	-	-	-	6.490
Aquisição de Ações para Manutenção em Tesouraria (Nota 23.2)	-	-	(4.049)	-	-	(4.049)	-	(10.409)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.458)
Dividendo Adicional Proposto pago, conforme AGO/AGE de 31.03.2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(145.830)	-	-	-	(145.830)	-	-	-	(145.830)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(70.000)	-	-	-	-	(70.000)	-	-	-	(70.000)
Opções Outorgadas Reconhecidas	-	-	-	-	10.492	10.492	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.492
Opções Outorgadas Exercidas	-	-	-	-	(2.399)	(2.399)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.399)
Destinação do Lucro Líquido do Exercício:																		
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	22.284	-	-	-	-	-	22.284	(22.284)	-	-	98
Reserva para Expansão de Negócios	-	-	-	-	-	-	-	211.796	-	-	-	-	-	211.796	(211.698)	-	-	98
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.977)	-	-	(29.977)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	105.850	-	-	-	105.850	-	-	-	105.850
Dividendo Proposto – Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	60.432	-	-	-	-	60.432	(60.432)	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2011	1.237.882	25.995	342.603	(6.923)	15.481	377.156	13.665	(69.353)	118.167	1.293.147	105.850	-	-	1.517.164	-	3.076.514	-	3.076.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A SUL AMÉRICA S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 13.03.1978, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro e que tem como principais acionistas a Sulapar Participações S.A., com 60,02% das ações ordinárias, e a ING Insurance International B.V., com 12,91% das ações ordinárias e 32,31% das ações preferenciais. Em 03.10.2007, obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o registro de companhia aberta, passando a ter suas *units* negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) a partir de 05.10.2007, sob o código SULAI11, listada no Nível 2 de Governança Corporativa. A Companhia participa, por intermédio de suas controladas, nos segmentos de seguros de danos, pessoas, saúde e previdência complementar, prestação de serviços de assistência à saúde, bem como na administração de recursos de terceiros e administração de fundos de investimento.

Nessas demonstrações financeiras, a Sul América S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "SulAmérica" é usado para tratar o conjunto formado pela Sul América S.A., suas controladas e os fundos de investimentos dos quais essas empresas são as únicas cotistas, denominados "Fundos Exclusivos".

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(2.1) BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE ÀS NORMAS IFRS E CPC

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
 - As demonstrações financeiras individuais da Companhia preparadas de acordo com o BR GAAP.
- As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e essas práticas diferem do IFRS, pois não existem demonstrações financeiras individuais no IFRS e sim demonstrações financeiras separadas, onde a avaliação de investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) não é feita pelo método de equivalência patrimonial, como são as demonstrações financeiras individuais no BR GAAP, e sim pelo custo ou valor justo.
- O BR GAAP compreende a legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM, vigentes na data da publicação destas demonstrações financeiras.
- As demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão sendo apresentadas no mesmo conjunto pois não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado destas demonstrações financeiras.
- O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27.02.2012.

(2.2) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção do passivo atuarial de benefícios de renda vitalícia e de indenização para executivos que é apurado pelo método da Unidade de Crédito Projetada e dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo:

- Os instrumentos financeiros derivativos (vide nota 6);
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (vide nota 8);
- Os ativos financeiros disponíveis para venda (vide nota 8).

(2.3) MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Nas demonstrações financeiras os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a SulAmérica atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da SulAmérica.

(3) PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

(3.1) RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

(3.1.1) APURAÇÃO DO RESULTADO

- O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:
 - Os prêmios de seguros são reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas. Os prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são calculados atuarialmente;
 - As contribuições para planos de previdência são reconhecidas como Rendas de Contribuições Retidas quando ocorre o efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida do resultado do período;
 - As comissões de seguro dos ramos de riscos a *decorrer*, os agenciamentos de seguros, os custos diretamente relacionados ao processo de angariação de novos contratos de seguro e as receitas com "custo de apólice" são registradas como custo de aquisição diferidas quando devidas. As comissões de seguro de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros e os agenciamentos referentes aos produtos de seguro saúde e de previdência privada são amortizados pelo prazo médio da permanência dos segurados em carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices. Os demais custos diferidos e as receitas com "custo de apólice" são apropriados, de forma linear, pelo prazo de vigência dos contratos de seguros, exceto para os produtos de seguro saúde e previdência privada, onde os demais custos são amortizados pelo prazo médio de permanência dos segurados em carteira. As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica;
 - Os sinistros são refletidos nos resultados com base na metodologia conhecida como IBNP (*incurred but not paid*) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência. Os sinistros incluem as indenizações e despesas estimadas a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente aloçadas aos sinistros considerados individualmente (*Allocated Loss Adjustment Expense - ALAE*), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros mas não diretamente aloçadas (*Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE*).

(3.1.2) BALANÇO PATRIMONIAL

- As transações realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificadas no ativo e passivo não circulante, respectivamente;
- As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na database das demonstrações financeiras;
- Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos;
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

(3.2) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(3.2.1) Classificação e mensuração

Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir:

(a) Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os aumentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários são classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos (vide nota 5.4.2.1 (d)) e de acordo com a gestão de riscos documentada. Trata-se do "fair value option".

(b) Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda

Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

(c) Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários para os quais a SulAmérica possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

(d) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

(3.2.2) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por *swaps*, opções e contratos futuros. A operação de *swap*, que tem por objetivo a proteção do montante principal das *Senior Notes* (vide nota 6.2) é avaliada pelo valor justo de acordo com a metodologia de contabilização de operações de *hedge* de fluxo de caixa, com o total das valorizações ou desvalorizações efetivas, líquido de seus correspondentes efeitos tributários, contabilizado diretamente na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no patrimônio líquido.

(3.2.3) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor de contratação, acrescido dos encargos pactuados, que incluem juros e variação cambial incorridos, líquido dos custos de transação incorridos.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos por meio de *hedge* de fluxo de caixa (vide nota 16.4).

(3.3) INVESTIMENTOS

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos:

- Nas demonstrações financeiras individuais, as participações acionárias permanentes em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas e em investimentos nas demonstrações financeiras individuais.

(3.4) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

Os ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a SulAmérica investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente.

A redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

(3.5) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As provisões para imposto de renda e para contribuição social corrente e diferido são constituídas pelas alquotas vigentes na database das demonstrações financeiras. A redução ao valor recuperável de créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social é estabelecida com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em orçamentos elaborados e aprovados para o período de 3 a 10 anos.

(3.6) PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES DE OPERAÇÕES DE SEGUROS, RESEGUROS E PREVIDÊNCIA

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a database das demonstrações financeiras.

(3.6.1) PROVISÕES TÉCNICAS DE CONTRATOS DE SEGUROS, RESEGUROS E PREVIDÊNCIA

As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), ajustadas, quando aplicável, pelos seguintes aspectos:

- A Provisão Complementar de Prêmios (PCP) requerida pela SUSEP é revertida para fins de consolidação por não representar uma obrigação presente;
- A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PNG), no passivo circulante, que não é requerida pela ANS, é reclassificada da conta de Prêmios a Receber - Faturamento Antecipado (conta retificada do ativo), para fins de consolidação, visando a uniformização com os critérios contábeis estabelecidos pela SUSEP.

As provisões técnicas relacionadas aos seguros DPVAT são registradas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.

(a) PROVISÃO PARA PRÊMIOS NÃO GANHOS (PPNG)

A PPNG é constituída pelo método *pro rata die*, tendo como base a divisão dos prêmios pelo número de dias de cobertura total, multiplicados pelo número de dias do *chaturra* do risco a *decorrer* para os contratos de seguros de danos e de pessoas.

(b) PROVISÃO PARA PRÊMIOS NÃO GANHOS PARA RISCOS VIGENTES MAS NÃO EMITIDOS (PPNG-RVNE)

A PPNG - RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É calculada a partir da multiplicação da PPNG pelo fator esperado de atraso. O fator esperado de atraso é calculado com base na média ponderada histórica entre a PPNG em atraso e a PPNG emitida, de acordo com a avaliação atuarial anual efetuada na data das demonstrações financeiras, para os contratos de seguro de danos. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte e para o seguro de pessoas, aplica-se e calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não do PPNG, aplicando-se a metodologia acima descrita para o cálculo do valor esperado de atraso.

(c) PROVISÃO DE RISCOS NÃO EXPIRADOS (PRNE)

A PRNE é constituída pelo método *pro rata die*, tendo como base o prêmio de seguro ou a contribuição de previdência líquida de carregamento, divididos pelo número de dias de cobertura total, multiplicado pelo número de dias da cobertura do risco a *decorrer*, para os contratos de seguros de vida individual e de seguros coletivos de pessoas.



(5.4.2) RISCO DE MERCADO

É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, *commodities*, etc.), causada por fatores adversos. Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: risco na taxa de juros, risco de liquidez, risco em câmbio, risco de derivativos, risco em ações e risco de inflação.

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado:

- Processo de gerenciamento de ativos e passivos (*ALM – Assets and Liabilities Management*) monitorado regularmente pelo ALCO (*Assets and Liabilities Committee*);
- Elaboração de Mandatos de Investimentos estabelecidos para cada uma das empresas controladas e a Companhia, onde são considerados os seguintes aspectos: Perfil do negócio de cada entidade legal, estudos atuariais e aspectos de liquidez;
- Instrumentos derivativos para diminuir os impactos da taxa de juros;
- Limites máximos de VaR (*Value at Risk*) e análises de cenários alternativos conhecidos como "stress testing";
- Análises de fluxo de caixa projetado e revisão das obrigações assumidas e instrumentos financeiros utilizados para mitigação e monitoramento do risco de liquidez;
- Análises e monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras.

(5.4.2.1) O Processo de Gerenciamento de Ativos e Passivos na Organização - ALM (Incluindo os fundos PGBL e VGBL)
 A gestão dos investimentos é, substancialmente, feita através da SAMI. Apenas 1,68% (1,22% em 2010) do total da carteira de investimentos não é gerenciado pela SAMI.

Desde 2003, o gerenciamento de ativos e passivos (ALM) é utilizado pela SulAmérica como uma das principais ferramentas para determinar os parâmetros das alocações de seus investimentos. O ALCO foi formado para a discussão do assunto. Desde então, de acordo com as diretrizes definidas pelo Comitê, e seguindo as políticas descritas em Mandatos de Investimentos (atualizados periodicamente), os administradores de recursos alocam os ativos financeiros em investimentos adequados ao comportamento dos passivos. Estes Mandatos de Investimentos refletem pontos importantes para a gestão adequada dos recursos, tal como a política de investimentos, composição das carteiras por ativo, limites para cada carteira, legislação, descrição dos produtos e dos passivos, dentre outros aspectos.

De uma forma geral, a política de investimentos tem como objetivo estabelecer um grau de alinhamento entre um mínimo de liquidez necessária para a SulAmérica e diretrizes de investimentos que otimizem a rentabilidade dos ativos, levando em consideração as características dos passivos de cada um dos negócios.

Desta forma, os limites e *benchmarks* estabelecidos visam minimizar os riscos financeiros de descasamento entre ativos e passivos envolvidos no processo de investimentos dos recursos, bem como tornar eficiente a alocação dos ativos. Para que a gestão dos ativos seja eficiente, os recursos financeiros estão alocados em três carteiras:

- Liquidez;
- Operacional; e
- Capital - de acordo com a sua natureza e objetivos.

Todas as três carteiras possuem:

- **Benchmarks** definidos individualmente;
- Revisão e rebalanceamento individual periódico;
- Diferentes prioridades de alocação;
- Políticas de investimentos individuais; e
- Limites de risco individual.

As carteiras são definidas da seguinte forma:

(a) Carteira de Liquidez

O objetivo da carteira de liquidez é estabelecer uma reserva a fim de garantir o pagamento de 85% das despesas operacionais por um período de 15 dias no caso de algum evento ocorrido, em que seus recebimentos estejam comprometidos (como por exemplo, uma greve dos bancos).

Desta forma, todos os investimentos alocados na carteira devem ser destinados para atender as necessidades de caixa de curto prazo, mitigando desta forma o risco de liquidez.

(b) Carteira Operacional

O objetivo da carteira operacional é alocar os investimentos financeiros mobiliários vinculados à SUSEP e ANS, destinados a proteção dos passivos operacionais das controladas que operam com seguros.

Os investimentos destinados a carteira operacional são alocados não só visando maximizar a rentabilidade dos ativos, mas também mitigar os riscos de descasamento entre os ativos e passivos das controladas. Desta forma, não se espera necessariamente o maior retorno possível para esta carteira de investimentos, mas sim um balanceamento entre risco, retorno, casamentos de fluxos de caixa entre ativos e passivos e a obtenção de investimentos eficientes, levando em consideração os compromissos assumidos pelas controladas.

(c) Carteira de Capital

A carteira de capital tem como objetivo alocar os investimentos financeiros remanescentes não alocados nas carteiras de liquidez ou operacional. Idealmente, a carteira de capital deve ser utilizada para investir os recursos livres, buscando maximizar a rentabilidade dos ativos para um determinado nível de risco selecionado.

Acompanhamento do ALM e Risco de Mercado

Mensalmente, são emitidos relatórios gerenciais contendo informações sobre as alocações nas carteiras de investimentos. Estes relatórios permitem a área financeira e de gestão de riscos um acompanhamento periódico dos investimentos em cada unidade de negócio. Além disso, em reunião mensal, os gestores dos investimentos discutem os tópicos relevantes sobre os resultados de investimentos do mês, cenários econômicos internacionais e nacionais, além dos pontos julgados relevantes na data, no que diz respeito aos riscos de mercado envolvidos nas operações de investimentos.

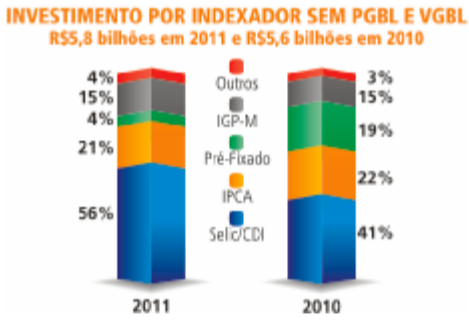
Periodicamente, o ALCO se reúne com o objetivo de corroborar ou modificar as alocações definidas nos Mandatos de Investimentos. São apresentadas no Comitê, análises sobre os passivos e os ativos, levando em consideração os riscos de mercado envolvidos no processo.

(5.4.2.2) Risco da Taxa de Juros

A metodologia para o gerenciamento do risco de mercado baseia-se no cálculo do VaR (*Value at Risk*) Paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda esperada em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios diários com informações sobre o VaR, além de análises mensais sobre os investimentos. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança.

Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM realizado pela SulAmérica, está demonstrada a seguir a distribuição dos seus investimentos por indexador em 31.12.2011 e em 2010, contemplando as operações compromissadas.

Em 31.12.2011, o valor alocado em PGBL e VGBL é de R\$2,3 bilhões (R\$1,9 bilhão em 2010).



Os investimentos decorrentes de contribuições dos planos de previdência PGBL e VGBL não traduzem risco para a SulAmérica, sendo responsabilidade do participante do plano o direcionamento do investimento.

(5.4.2.3) Risco Cambial

A política não permite a exposição cambial, exceto quanto a certas operações de ramos elementares, que devido a natureza da operação as apólices precisam ser feitas em moeda estrangeira. O monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras são feitos, em função dos contratos de seguros e resseguros lastreados em moedas estrangeiras e dos empréstimos e financiamentos por meio de contratos de derivativos, principalmente contratos futuros e de swaps, com o objetivo de reduzir o efeito líquido do impacto das oscilações da taxa de câmbio no resultado.

Os saldos ativos e derivativos em dólares norte-americanos, em 31.12.2011, montam US\$213,961 mil (US\$231,618 mil em 2010) no consolidado e de US\$140,308 mil (US\$135,667 mil em 2010) na Companhia e os saldos passivos montam US\$215,457 mil (US\$237,350 mil em 2010) no consolidado e de US\$138,916 mil (US\$134,293 mil em 2010) na Companhia.

(5.4.2.4) Risco de Renda Variável

A SulAmérica não detém qualquer participação em renda variável na carteira de ativos que garante a cobertura das provisões técnicas. Em 31.12.2011, a renda variável disponível que está alocada na carteira de capital é de R\$76,4 milhões (R\$52,9 milhões em 2010), com Mandato de Investimento próprio.

(5.4.2.5) Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. Além das análises de ALM, são elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar este risco. Adicionalmente, conforme mencionado na nota 5.4.2.1, é mantida uma "Carteira de Liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de stress. Estes investimentos são destinados para atender as necessidades de caixa de curto prazo.

Em relação à Companhia, esta apresentou capital circulante negativo em 31.12.2011, no montante de R\$ 176,572, influenciado pelo vencimento das *Senior Notes* mencionadas na nota 16.4.1, as quais foram liquidadas em 15.02.2012, basicamente com recursos de dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos das controladas no início de 2012.

(5.4.2.6) Risco da Inflação

Os estudos de ALM realizados pelo ALCO identificaram que parte dos passivos não judiciais dos negócios de seguros são indexados a inflação, além das causas judiciais que por determinação legal estão sujeitos a correção monetária por índices de inflação. Adicionalmente, a companhia possui produtos com garantias indexadas a inflação. Desta forma, para fazer frente ao risco dos passivos, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários. Em 2011, as controladas que operam com seguros registraram aproximadamente R\$1,2 bilhão e a controlada que opera com contratos de previdência complementar conhecidos como "Planos Tradicionais" registraram R\$ 0,9 bilhão de ativos indexados a inflação. Vale ressaltar que apesar dos produtos de seguros comercializados serem de curto prazo (na maioria dos casos com vigências anuais), as responsabilidades originárias desses contratos nem sempre são de curto prazo, principalmente aquelas relacionadas a causas judiciais. Em função disso, os ativos são alocados em diversos vencimentos.

(5.4.2.7) Instrumentos Financeiros Derivativos

As políticas de investimento em vigor permitem a alocação de recursos na contratação de operações com derivativos, desde que pré-definidas e aprovadas pela Administração.

A utilização de instrumentos financeiros derivativos nas controladas da atividade obedece a Resolução CMN nº 3.308/2005, Resolução CMN nº 3.358/2006, Resolução CMN nº 4.026/2011 e Resolução CNSP nº 226/2010 que dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos para estas controladas.

As demais controladas que não estão sujeitas a estas determinações é permitido deter posições de investimentos que utilizem derivativos, podendo gerar exposição superior a uma vez o valor investido mediante a pré-aprovação do Comitê de Investimentos. Os instrumentos financeiros derivativos - swaps e contratos futuros (que podem ser mantidos também através de fundos de investimento exclusivos) são utilizados para administrar a exposição em relação às variações cambiais e à flutuação das taxas de juros, conforme política de ALM.

(5.4.3) RISCO DE SUBSCRIÇÃO

Oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes nas premissas atuariais e financeiras ou na constituição das provisões técnicas.

O risco de subscrição pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição dos produtos, risco no valor do sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões.

(a) Uso de Modelos Internos

As controladas que operam com seguros e previdência dispõem de modelos internos atuariais que possuem o objetivo de apurar o Capital Econômico devido aos ganhos e perdas na adoção de novos planos de ações para o controle e mitigação dos riscos de subscrição, dando desta forma suporte a tomada de decisão. Os modelos internos produzem resultados estocásticos para avaliar o risco de subscrição e são estruturados de forma a mensurar tanto o risco de precificação quanto o risco de desvios na constituição das provisões técnicas.

(b) Risco de Subscrição, Precificação, Definição dos Produtos, Retenção Líquida e Risco Moral

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, as controladas que operam com seguros e previdência realizam periodicamente Procedimentos de Análise e Revisão de Produtos (PARP) com o objetivo de rever os seguintes aspectos sobre os produtos comercializados:

- Definições do produto: análise do escopo do produto e das garantias oferecidas aos segurados bem como o público-alvo das vendas;
- Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes. Análise de possíveis impactos em outros produtos existentes nas controladas que operam com seguro;
- Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado;
- Precificação (*pricing*): estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas dos acionistas. Para isso, projeta-se o fluxo de caixa das apólices, simulando todo o ciclo financeiro. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa definida para o produto e as fontes geradoras de lucros e perdas;
- Outros: o PARP aborda ainda análises sobre os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro.

Após a análise de todos os pontos descritos acima, são definidos (se necessário) planos de ações para adequação do produto às expectativas das controladas que operam com seguro.

O PARP também se aplica quando do lançamento de novos produtos ou realizações de parcerias. Periodicamente o acompanhamento do desempenho dos produtos e parcerias é apresentado ao comitê de riscos. Caso necessário, são adotados planos de ações para adequação dos produtos e parcerias aos objetivos da empresa.

(c) Análise de Sensibilidade em Saúde, Danos e Pessoas

A tabela abaixo apresenta o impacto antes de impostos no resultado, por ramo de atuação, caso haja uma variação na sinistralidade, despesas administrativas ou custos de aquisição:

Premissas	SAÚDE		DANOS		PESSOAS *	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 1% na sinistralidade.....	(52.547)	(51.515)	(22.696)	(21.400)	(2.865)	(2.726)
Aumento de 1% nas despesas administrativas.....	(3.747)	(3.747)	(2.936)	(2.936)	(615)	(515)
Aumento de 1% nos custos de aquisição.....	(3.814)	(3.814)	(4.805)	(4.805)	(1.072)	(1.072)

* A informação está apresentada sem "previdência", que está sendo demonstrada a seguir, separadamente, devido as suas especificidades.

(d) Análise de Sensibilidade nos negócios de Previdência

A tabela abaixo apresenta o impacto antes de impostos no resultado, devido à oscilações nas despesas administrativas, nos resgates e na mortalidade.

Premissas	Impacto no resultado
Acréscimo de 10% nas Despesa Administrativas.....	655
Decréscimo de 10% nas Despesa Administrativas.....	(528)
Acréscimo de 10% nos Resgates.....	(863)
Decréscimo de 10% nos Resgates.....	945
Acréscimo de 1% na Mortalidade.....	(1.310)
Decréscimo de 1% na Mortalidade.....	1.320

(e) Risco na Provisão

Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões e reservas matemáticas nas operações de seguros e previdência são, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional, adaptadas para refletirem a realidade das controladas que operam com seguros e previdência.

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação do risco da provisão, as controladas que operam com seguros e previdência possuem os seguintes procedimentos:

- **Testes de Consistência das Metodologias de Constituição das Provisões Técnicas (Incluindo as Reservas Matemáticas):** Neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias e premissas utilizadas para a constituição das provisões técnicas (incluindo as reservas matemáticas). Este procedimento é realizado no mínimo anualmente;
- **Recálculo das Provisões Técnicas:** Periodicamente são realizados recálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados. Estes cálculos são feitos no mínimo anualmente;
- **Acompanhamento Mensal da Variação das Provisões Técnicas (Incluindo as Reservas Matemáticas):** Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas (incluindo as reservas matemáticas) para acompanhamento da sua adequação;
- **Controle Estatístico de Qualidade:** Mensalmente são utilizados modelos de séries temporais a fim de capturar modificação nos padrões das principais variáveis contidas nas metodologias de cálculo das provisões técnicas.

Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo, nas premissas e na tomada de decisão. Estes pontos favorecem a manutenção da adequação das provisões técnicas das controladas.

A seguir, a tabela que reflete a evolução das provisões de sinistros dos últimos exercícios:

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	R\$Milhões Total
Reserva de desconto contabilizada.....	872,47	1.087,27	1.139,15	1.255,23	1.443,79	1.433,22	1.696,24	8.927,37
Efeito do desconto financeiro.....	(16,67)	(15,88)	(16,42)	(21,53)	(37,39)	(35,36)	(43,46)	(186,71)
Reserva de sinistros sem desconto financeiro.....	889,14	1.103,15	1.155,57	1.276,76	1.481,18	1.468,58	1.739,70	9.114,08
Estimativa de sinistros acumulada:								
No final do ano.....	889,14	1.103,15	1.155,57	1.276,76	1.481,18	1.468,58	1.739,70	
Um ano depois.....	972,03	1.209,44	1.133,17	1.337,20	1.532,52	1.574,90		
Dois anos depois.....	1.044,55	1.195,46	1.086,36	1.346,58	1.565,17			
Três anos depois.....	1.066,20	1.157,92	1.108,29	1.387,58				
Quatro anos depois.....	986,14	1.170,99	1.147,41					
Cinco anos depois.....	996,33	1.172,00						
Seis anos depois.....	1.016,54							
Estimativa de sinistros acumulada até 2011.....	1.016,54	1.172,00	1.147,41	1.387,58	1.565,17	1.574,90	1.739,70	9.603,30
Pagamentos acumulados até 2011.....	999,42	1.136,77	1.096,22	1.295,53	1.427,52	1.380,74	-	7.336,20
Responsabilidade reconhecida em 2011.....	17,12	18,11	15,96	40,86	45,60	56,51	1.545,54	1.739,70
Desconto financeiro reconhecido em 2011.....	(0,49)	(1,03)	(1,81)	(2,54)	(4,35)	(4,13)	(29,11)	(43,46)
Impacto de anos anteriores na reserva de 2011.....								10,60%

(f) Contratos de Resseguro

O risco de subscrição pode ser mitigado via contratos com resseguradores. Em 2011, as controladas que operam com seguro possuem diversos contratos vigentes com diversos resseguradores visando otimizar a capacidade de retenção dos riscos e resultados operacionais, bem como mitigar possíveis perdas caso estes contratos não existissem.

As decisões sobre a contratação do resseguro e a manutenção e revisão dos contratos são sempre aprovadas pelo CoR.

A seguir o resumo das principais coberturas de resseguro contratadas, vigentes em 2011:

- Excesso de danos para catástrofes em ramos elementares, previdência e pessoas;
- Excesso de danos para saúde;
- Excesso de danos e excedente de responsabilidade para ramos elementares;
- Quota-parte em ramos elementares e pessoas;
- Excesso de responsabilidade para os demais produtos de previdência.

(5.4.4) RISCO OPERACIONAL

O risco operacional pode ser definido como o risco de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou de eventos externos. Mais especificamente, pode ser entendido como:

- **Risco de Fraudes Internas:** Comportamentos fraudulentos e/ou criminosos com intenção de obter ganhos pessoais e/ou subtrair a propriedade alheia em benefícios próprios ou da SulAmérica;
- **Fraudes Externas:** Pessoas que não são funcionários exerceram atividades irregulares em benefício próprio;
- **Relações Trabalhistas:** Decisões judiciais por práticas incompatíveis com leis e/ou acordos trabalhistas, nocivas à saúde e/ou segurança dos funcionários ou por discriminação e/ou diferenciação no tratamento;
- **Falhas de Sistemas:** Impossibilidade de obter informações devido à falha de comunicação, perda da capacidade de processamento ou dificuldade na operação dos sistemas;
- **Execução e Gestão de Processos:** Disponibilidade, registro de informações inválidas, incompletas ou de maneira intempestiva a entidades externas, órgãos reguladores, acionistas e investidores;
- **Práticas Comerciais Inadequadas:** Falta de cumprimento de padrões éticos e comportamentais estabelecidos e práticas inadequadas do pessoal de vendas. Orientação e/ou consultoria inadequada a clientes que leve a falsas expectativas com relação aos produtos e serviços prestados;
- **Danos a Ativos:** Desastres naturais e outros eventos que ocasionem perdas físicas aos ativos;
- **Interrupção das Atividades:** Impossibilidade de sustentar as operações, prover serviços essenciais ou recuperar custos operacionais decorrentes de desastres controláveis ou não.

(a) Fraudes

As fraudes são riscos operacionais inerentes ao negócio. A SulAmérica conta com canais específicos de comunicação e uma área totalmente dedicada à prevenção das fraudes e desenvolvimento de políticas de prevenção a fraudes, além de treinamentos contínuos para os seus funcionários.

(b) Gestão dos Riscos Operacionais

Todos os processos estão mapeados em um sistema de dados (*NullRisks*) com todo o fluxo de atividades contidas, bem como cada risco identificado e os controles envolvidos em cada etapa. Cada risco e controle trazem informações qualitativas e quantitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com níveis de risco e ainda a identificação de possíveis planos de ação para mitigação de possíveis perdas operacionais.

O plano de continuidade de negócios é tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prever o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica e seus segurados.

Atualmente, a SulAmérica está trabalhando em um novo projeto para a gestão dos riscos operacionais a fim de obter a excelência na gestão deste tipo de risco. O novo projeto conta com novas definições e visões do negócio e tem por objetivo alinhar nossas práticas com as melhores práticas internacionais indicadas em Basileia II e Solvência II, como segue:

- **Abertura do Dicionário de Riscos Operacionais:** Composto por 8 categorias de riscos. Estas categorias foram consideradas como riscos primários e foram criadas novas classes de risco (riscos secundários e riscos terciários), totalizando 180 classificações. As classificações tem o objetivo de alinhamento ao que é determinado internacionalmente como melhores práticas internacionais (de acordo com COSO e Basileia). A abertura do dicionário de riscos operacionais tem o objetivo de proporcionar uma melhor identificação dos riscos na operação, com consequente melhora na gestão;
- **Agrupamento dos Processos em Macro Processos:** Os processos hoje cadastrados no sistema *NullRisks* foram enquadrados em aproximadamente 120 macro processos definidos como essenciais. Este formato tem o objetivo de proporcionar análises globais por unidades de negócios tornando mais eficiente, desta forma, a gestão dos riscos operacionais entre os negócios da SulAmérica;
- **Desenvolvimento de um Novo Software:** Foi desenvolvido um novo software customizado para os negócios da SulAmérica para tratamento dos riscos operacionais. Este novo sistema será integrado com o mapeamento dos macro processos e permitirá análises qualitativas e quantitativas, incluindo cálculos estocásticos;
- **Construção de uma Base de Perdas:** O desenvolvimento do novo sistema tem o objetivo de proporcionar integração com diversas áreas para o registro de perdas operacionais. Estes registros permitirão obter informações observadas (e não subjetivas) sobre as perdas que de fato ocorreram para cada macro processo e qual a causa do risco, possibilitando desta forma a criação de planos de ações efetivos e direcionados para a solução dos problemas. Adicionalmente, a base de perdas aliada às informações dos macro processos, tem o objetivo de proporcionar no futuro o cálculo do capital necessário (VaR) para suportar perdas operacionais.

(5.4.5) RISCO ESTRATÉGICO

É o risco de perdas resultantes de processos ou tomada de decisões que impactem a sustentabilidade, o crescimento ou a obtenção de vantagem competitiva. Pode ser entendido também como:

- **Risco de Planejamento:** Elaboração do planejamento estratégico e/ou orçamento com base em premissas e/ou medidas de desempenhos inadequados à realidade da SulAmérica;
- **Recursos Humanos:** Procedimentos executados por pessoas sem habilidade, treinamento ou experiência suficientes para atingir os objetivos da instituição. Dependência de pessoas-chave;
- **Indicadores de Metas:** Avaliação inadequada de desempenho;
- **Custo de Oportunidade:** Redução do valor econômico de recursos financeiros devido à perda de valor do dinheiro no tempo, descasamento do fluxo de caixa ou retorno de investimento insuficiente em relação a outras alternativas que ofereçam o mesmo grau de risco;
- **Concorrência:** Ação de concorrentes afetando adversamente o posicionamento da SulAmérica no mercado;
- **Preço:** Incompatibilidade dos preços definidos nas transações de compra e/ou venda com os praticados pelo mercado;
- **Comunicação:** Falta de transparência, exatidão e clareza das informações relativas às operações da SulAmérica.

(a) Gestão do Risco Estratégico

A SulAmérica possui um Comitê de Avaliação de Planos de Ação (COPA), com participação de sua Alta Administração, com reuniões mensais para avaliar e aprovar todo e qualquer plano de ação proposto, por qualquer unidade de negócio, que implique em investimentos ou despesas adicionais. Estes investimentos e despesas devem ser aprovados de acordo com o orçamento aprovado para o ano. O COPA também possui como atribuições:

- Garantir que o orçamento para o plano de ação seja cumprido;
 - Priorizar os planos de ação, quando o orçamento for insuficiente para a execução de todas as propostas;
 - Garantir que os planos de ação estejam de acordo com os objetivos da empresa;
 - Avaliar, no caso de terceirizações, as alternativas analisadas e aprovar os parceiros propostos;
 - Avaliar os resultados dos planos de ação aprovados, determinando a sua interrupção caso os resultados alcançados estejam em desacordo com as projeções.
- O custo de capital utilizado nos projetos segue a metodologia de cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) e os valores das premissas são revisados anualmente, no processo de construção do plano de orçamento plurianual ou mais frequentemente caso o comitê corporativo julgue necessário. Adicionalmente, para assegurar que os objetivos determinados no planejamento estratégico sejam alcançados, foi adotado pela SulAmérica um modelo de gestão – o *Balanced ScoreCard* (BSC) – que traduz a estratégia utilizando perspectivas, objetivos, indicadores e metas. Este modelo visa acompanhar no curto prazo o direcionamento do negócio no longo prazo, permitindo assim antecipar possíveis distorções de rumo. Além disso, o BSC procura tornar a comunicação da estratégia mais clara para



Descrição	Vencimento	Valor de Referência (nocial)		Valor Justo		Valor a receber/recebido		Valor a pagar/pago		Consolidado
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
Contratos Futuros										
Compromisso de Compra										
Taxa de Juros em Reais	2012/2021	865.200	356.551	784.359	341.647	42.256	15.407	56.143	15.462	
Moeda Estrangeira	2012	9.870	18.042	9.870	18.042	803	108	768	491	
Índices		-	701	-	701	-	62	-	143	
Compromisso de Venda										
Taxa de Juros em Reais	2012/2022	60.000	167.192	49.156	163.677	17.320	5.815	14.760	5.767	
Moeda Estrangeira	2012	8.930	5.279	8.930	5.279	631	110	675	84	
Índices	2012	6.567	21.295	6.567	21.295	376	585	350	937	
Contratos de Swaps										
Posição Ativa										
Moeda Estrangeira	2012	243.854	225.514	243.518	217.101	-	6	-	40	
Posição Passiva										
Taxa de Juros em Reais	2012	285.872	266.645	284.406	254.755	-	-	40.888	46.562	
Moeda Estrangeira		-	8.942	-	8.942	-	-	-	-	
Contratos de Opções										
Posição Titular - Compra										
Índices		-	4.840	-	101	-	-	-	138	
Ações		-	18.585	-	675	-	-	-	1.348	
Posição Titular - Venda										
Índices		-	864	-	14	-	31	-	-	
Ações		-	10.861	-	843	-	1.295	-	-	
Posição Lançadora - Compra										
Ações		-	9.596	-	353	-	-	-	682	
Futuro	2013	222.030	-	222.030	-	1.026	-	-	-	
Posição Lançadora - Venda										
Ações		-	2.840	-	178	-	890	-	-	

Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados nas rubricas "Obrigações a Pagar", no passivo circulante, e "Títulos e Créditos a Receber", no ativo circulante.
(6.3.1) MARGENS DADAS EM GARANTIA
 Em 31.12.2011 e 2010, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros, swap e opções mantidos em fundos de investimentos exclusivos incluindo os fundos de PGBl e de VGBL e classificados como Títulos e Valores Mobiliários Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado, são compostas conforme demonstradas a seguir:

Ativo	Vencimento	Quantidade	Consolidado	
			2011	2010
LFT	março-2013	260	1.304	
LFT	junho-2013	6.165	6.165	
LFT	setembro-2013	5.898	5.898	
LFT	março-2014	13.439	13.439	
LFT	setembro-2014	616	3.087	
LFT	março-2015	2.045	10.241	
LFT	setembro-2015	440	2.203	
LFT	setembro-2016	30	150	
LFT	setembro-2016	3.685	3.685	
LTN	janeiro-2013	4.075	4.075	
Total		12.552	46.172	

Ativo	Vencimento	Quantidade	Consolidado	
			2010	2011
LFT	dezembro-2011	315	1.416	
LFT	março-2012	21	94	
LFT	setembro-2012	157	157	
LFT	março-2013	564	2.531	
LFT	junho-2013	1.620	7.272	
LFT	setembro-2013	1.100	4.937	
LFT	junho-2014	80	359	
LFT	setembro-2014	90	403	
LFT	março-2015	30	134	
Total		3.855	17.303	

Não há exigência de margem de garantia para o contrato de swap referente ao principal das Senior Notes.
(6.3.2) ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À EXPOSIÇÃO EM DERIVATIVOS
 A análise de sensibilidade tem por objetivo ilustrar mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da SulAmérica. Como os contratos de derivativos existentes nos Fundos de Investimentos de PGBl e de VGBL não geram risco para a SulAmérica, essas posições não foram sensibilizadas. As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados, revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31.12.2011. Apesar da revisão regular das estimativas e premissas utilizadas, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises. O dinamismo do mercado faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição demonstrada. As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos foram elaboradas considerando cenários classificados como "Provável", "Possível" e "Remoto". Foi considerado como "provável" o cenário atual que serviu de base para a determinação do valor justo das operações e os cenários "possível" e "remoto" foram estabelecidos aplicando-se variações adversas de 25% e 50%, respectivamente, sobre as posições atuais, considerados os riscos envolvidos em cada tipo de operação. As variações de 25% e 50% correspondem às variações mínimas estabelecidas nos normativos da CVM.

Operação	Risco	Derivativo	Objeto	Cenário		
				Provável	Possível	Remoto
Futuro DI	Alta do CDI	Vendido em taxa de juros	DI Futuro na BM&F	-	(7)	(13)
Opção s/ Futuro	Alta do CDI	Venda de juros futuros	Opção s/ Futuro na BM&F	-	-	(1.500)
Efeito Líquido no Resultado				-	(7)	(1.513)

Operação	Risco	Derivativo	Objeto	Cenário		
				Provável	Possível	Remoto
Futuro (a)	Alta do CDI	Líquido vendido em taxa de juros	DI Futuro na BM&F	-	(1.023)	(2.010)
Futuro (b)	Queda do USD	Comprado em dólar americano	Dólar Futuro na BM&F	-	(812)	(1.625)
Futuro (b)	Alta do Euro	Vendido em Euro contra Real	Futuro na BM&F	-	(585)	(1.170)
Futuro (b)	Canadense	Comprado em Dólar Canadense	Futuro na BM&F	-	(276)	(551)
Futuro (b)	Alta do Iene Japonês	Vendido em Iene contra Real	Futuro na BM&F	-	(308)	(615)
Futuro (b)	Queda do Peso Mexicano	Comprado em Peso Mexicano	Futuro na BM&F	-	(909)	(1.818)
Futuro (b)	Alta do Dólar Australiano	Vendido em Dólar Australiano	Futuro na BM&F	-	(432)	(865)
Swap(d)	Alta do USD/CNY	Swap ponta ativa (Yuan Chinês)		-	-	-
		Swap ponta passiva (dólar americano)	Resultado líquido:	(190)	(1.609)	(3.029)
		Swap ponta ativa (dólar americano)		27	(820)	(1.667)
Futuro (c)	Alta do Ibovespa	Vendido em ações (Ibovespa) via Futuro		-	(11)	(22)
		Carteira diversificada de ações	Resultado líquido:	(328)	(328)	(328)
Futuro						
opções (e)	Estabilidade do Ibovespa	Vendido em ações (Ibovespa) via futuro		-	-	-
		Líquido comprado em opções de ações e índice		-	-	-
		Carteira diversificada de ações	Resultado líquido:	(491)	(7.113)	(13.700)

(a) Contratos Futuros de Taxa de Juros (DI) de (1) um dia: Em 31.12.2011, as demais posições tem como objetivo auferir ganho com a queda da taxa de juros e com a arbitragem da curva futura de juros, se beneficiando com as distorções da taxa entre os diversos vencimentos.
(b) Contratos Futuros de Moedas: Em 31.12.2010, o objetivo foi a exposição direcional com o intuito de auferir ganhos com a variação cambial. A Administração considerou que o risco de se estar comprado em dólar americano, dólar canadense e peso mexicano foi a queda das respectivas moedas. Nas posições vendidas em euro, dólar australiano e Iene japonês foi a alta destas moedas.
(c) Índice Futuro: Em 31.12.2010, o objetivo foi a proteção da carteira diversificada de ações com risco da alta da bolsa de valores.
(d) Swap de Moedas: Em 31.12.2010, existiam operações com ponta ativa em Yuan chinês e ponta passiva em dólar americano e ponta ativa em dólar americano e ponta passiva em Iene japonês. Nestas operações o risco estava na alta da ponta passiva em relação a venda.
(e) Operações Estruturadas de Opções de Compra e Venda de Ações: Em 31.12.2010, ocorreu a compra de volatilidade das ações, auferindo ganho com oscilações maiores das ações do que o precificado pela volatilidade implícita. O risco desta operação foi a estabilidade da bolsa de valores.
(7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
 O caixa e os equivalentes de caixa estão mensurados a valor justo através de resultado e estão demonstrados a seguir:

Descrição	Companhia			Consolidado
	2010	2011	2011	
Caixa	-	-	72	67
Contas Bancárias	96	314	68.970	21.637
Equivalentes de caixa (a)	332	26.381	391.383	571.774
Total	428	26.695	460.425	593.478

(a) São consideradas "equivalentes de caixa" as aplicações com lastro em títulos públicos, liquidez diária e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, que estão na rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixa".

(8) APLICAÇÕES FINANCEIRAS
(8.1) COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Companhia				Taxa média de juros	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil		
Títulos de Renda Fixa - Privados	-	-	19.587	19.682	-	19.682
Certificados de Depósito Bancário	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado	-	-	19.587	19.682	12,68%a.a.	19.682
Títulos de Renda Fixa - Públicos	-	-	19.520	19.521	-	19.521
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	19.520	19.521	SELIC	19.521
Quotas de Fundos de Investimentos	56.055	56.261	-	-	-	56.261
Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos	56.055	56.261	-	-	-	56.261
Senior Notes	-	-	-	-	DOLAR +	-
Letras Financeiras do Tesouro	19.466	19.672	-	-	13,88%a.a.	19.672
Quotas de Fundos de Investimentos em Ações	13.686	13.686	-	-	SELIC	13.686
Outros	22.848	22.848	-	-	-	22.848
Outros	55	55	-	-	-	55
Total	56.055	56.261	39.107	39.203	-	95.464
% Circulante	59%	41%	39.107	39.203	-	100%
% Não Circulante	41%	59%	-	-	-	100%

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor de mercado		
	2011	2010	2011	2010	2011	2010		
Títulos de Renda Fixa - Privados	651.815	653.106	1.053.282	1.065.101	1.370	1.370	-	1.719.577
Certificados de Depósito Bancário	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado	-	-	161.383	162.168	-	-	12,69%a.a.	162.168
Pós-fixado CDI	173.165	173.321	227.760	228.041	-	-	106,12%CDI	401.362
Pós-fixado IPCA	-	-	107.077	114.887	-	-	IPCA + 7,97%a.a.	114.887
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado	-	-	53.548	53.618	-	-	12,54%a.a.	53.618
Pós-fixado CDI	225.197	225.622	123.223	123.390	-	-	110,84%CDI	349.012
Pós-fixado IPCA	-	-	100.021	101.866	-	-	IPCA + 7,73%a.a.	101.866
Debêntures	-	-	-	-	1.370	1.370	12,5%a.a.	1.370
Pré-fixado	-	-	-	-	-	-	109,64%CDI	166.414
Pós-fixado CDI	89.226	89.609	76.099	76.805	-	-	IPCA + 6,73%a.a.	1.832
Pós-fixado IPCA	1.793	1.832	-	-	-	-	IPCA + 6,73%a.a.	1.832
Pós-fixado IGP-M	130	131	-	-	-	-	IGP-M + 7,22%a.a.	131
Letras Financeiras	110.006	110.087	203.434	203.589	-	-	110,47%CDI	313.676
Notas Promissórias	32.832	32.832	-	-	-	-	105,5%a.a.	32.832
Senior Notes	19.466	19.672	-	-	-	-	DOLAR + 13,88%a.a.	19.672
Outros	659	664	73	73	-	-	TR	737
Títulos de Renda Fixa - Públicos	2.463.078	2.478.443	1.801.883	1.808.962	1.284.421	1.473.137	-	5.571.826
Letras Financeiras do Tesouro	1.572.397	1.571.874	1.365.072	1.365.154	437	437	SELIC	2.937.465
Letras do Tesouro Nacional	1.861	1.933	-	-	-	-	10,69%a.a.	1.933
Pré-fixado DI	650.164	652.457	-	-	-	-	CDI	652.457
Bônus do Tesouro Nacional	4.632	6.525	-	-	-	-	-	6.525
Títulos da Dívida Agrária	4.691	5.005	-	-	-	-	TR + 13,7%a.a.	5.005
Notas do Tesouro Nacional	2.547	2.547	-	-	-	-	7,38%a.a.	2.547
Série F - Pré-fixado	77.435	78.110	-	-	-	-	CDI	78.110
Série B - Pós-fixado IPCA	36.966	37.670	436.811	443.808	540.892	553.784	IPCA + 6,02%a.a.	1.022.370
Série C - Pós-fixado IGP-M	112.385	122.322	-	-	743.092	918.916	IGP-M + 8,46%a.a.	8.655.414
Títulos de Renda Variável	226.280	220.568	398	260	-	-	-	220.828
Ações	225.621	219.904	278	646	-	-	-	220.550
Outros	659	664	120	-	-	-	-	664
Impairment	-	-	-	(386)	-	-	-	(386)
Quotas de Fundos de Investimentos	182.748	182.748	-	-	-	-		



	Companhia	
	2011	2010
	Nível 2	Nível 2
Ativos Financeiros		
Valor Justo por Meio do Resultado.....	56.261	56.248
Disponível para Venda.....	39.203	87.248
Total	95.464	143.496
Passivos Financeiros		
Derivativos.....	40.888	46.562
Total	40.888	46.562

	Companhia	
	2011	2010
	Nível 1	Nível 2
Ativos Financeiros		
Valor Justo por Meio do Resultado.....	220.568	3.316.011
Disponível para Venda.....	260	2.874.323
Total	220.828	6.190.074
Passivos Financeiros		
Derivativos.....	40.888	40.888
Total	40.888	40.888

	Companhia	
	2011	2010
	Nível 1	Nível 2
Ativos Financeiros		
Valor Justo por Meio do Resultado.....	255.438	2.522.520
Disponível para Venda.....	484	2.662.829
Total	255.922	5.185.349
Passivos Financeiros		
Derivativos.....	46.562	46.562
Total	46.562	46.562

(9) PRÊMIOS A RECEBER
(9.1) MOVIMENTAÇÃO DOS PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios a receber estão mensurados ao custo amortizado e contemplam os prêmios de emissão direta e co-seguro aceito, bem como as operações de retrocessão. A SulAmérica, através de suas controladas, basicamente fatura mensalmente os contratos de saúde e, no caso de Danos, o parcelamento médio dos prêmios a receber é de 4 vezes. Esses ramos de seguros juntos, representam cerca de 82% dos prêmios a receber da SulAmérica em 2011 (84% em 2010). A seguir, a movimentação dos prêmios a receber nas datas indicadas:

	Prêmios	Redução ao Valor Recuperável - Impairment	Total
Saldo em 01.01.2010	735.766	(40.938)	694.828
Prêmios Emitidos, Líquidos de Cancelamento / Constituição...	8.763.422	(65.765)	8.697.657
RVNE	10.018	-	10.018
Reccebimentos / Reversão	(8.687.636)	42.789	(8.644.847)
Saldo em 31.12.2010	821.570	(63.914)	757.656
Circulante			737.029
Não Circulante			20.627
	Prêmios	Redução ao Valor Recuperável - Impairment	Total
Saldo em 31.12.2010	821.570	(63.914)	757.656
Prêmios Emitidos, Líquidos de Cancelamento / Constituição...	9.986.697	(33.905)	9.952.792
RVNE	4.977	-	4.977
Reccebimentos / Reversão	(9.958.359)	26.899	(9.931.460)
Saldo em 31.12.2011	854.885	(70.920)	783.965
Circulante			773.556
Não Circulante			10.409

(9.2) PRÊMIOS A RECEBER POR VENCIMENTO

Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

	2011	2010
Vencidos.....	215.114	303.326
A vencer entre 1 e 30 dias.....	329.898	200.589
A vencer entre 31 e 60 dias.....	114.500	123.518
A vencer entre 61 e 180 dias.....	159.212	150.272
A vencer entre 181 e 365 dias.....	25.752	23.238
A vencer acima de 365 dias.....	10.409	20.627
Redução ao Valor Recuperável - Impairment (a).....	(70.920)	(63.914)
Total	783.965	757.656

(a) A redução ao valor recuperável é analisada com base nos prêmios, vencidos e a vencer de riscos decorridos, líquidos de comissão, Impostos sobre Operações Financeiras (IOF) e depósitos judiciais e a análise do risco de crédito de pessoa jurídica é efetuada com base em tabela de pontuação (rating) de probabilidade de perda, e para pessoa física é efetuada com base no percentual histórico de recuperação de prêmios vencidos.

Os prêmios a receber de riscos a decorrer são normalmente cancelados após 32, 60 e 90 dias de inadimplência, dependendo do ramo de seguro.

(10) ATIVOS DE RESSEGUROS - PROVISÕES TÉCNICAS

(10.1) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS - DANOS

	2011	2010
Saldo em 01.01.2010	142.894	
Emissões/RVNE.....	161.892	
Cancelamentos.....	(45.570)	
Amortizações.....	(178.773)	
Saldo em 31.12.2010	80.443	
Circulante	55.557	
Não Circulante	24.886	
Saldo em 31.12.2010	80.443	
Emissões/RVNE.....	218.996	
Cancelamentos.....	(79.345)	
Amortizações.....	(130.577)	
Saldo em 31.12.2011	89.517	
Circulante	71.783	
Não Circulante	17.734	

(10.2) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR / IBNR E OUTROS

	Saúde	Danos	Pessoas	Total
Saldo em 01.01.2010	400.111	8.685	408.796	
Adições/Baixa.....	(30.267)	(2.000)	(32.267)	
Varição Cambial.....	3.284	-	3.284	
Varição IBNR/IBNC.....	(7.400)	(144)	(7.544)	
Saldo em 31.12.2010	365.728	6.541	372.269	
Circulante	211.113	5.711	216.824	
Não Circulante	154.615	830	155.445	
Outros Ativos de Resseguros em 31.12.2010	1.383	42	1.425	
Circulante	-	42	42	
Não Circulante	-	1.341	1.341	
Saldo em 31.12.2010	365.728	6.541	372.269	
Adições/Baixa.....	4.846	1.440	6.286	
Varição Cambial.....	16.019	-	16.019	
Varição IBNR/IBNC.....	(5.477)	(2.029)	(7.506)	
Saldo em 31.12.2011	437.117	5.952	443.069	
Circulante	269.291	3.812	273.103	
Não Circulante	167.826	2.140	169.966	
Outros Ativos de Resseguros em 31.12.2011	1.462	32	1.494	
Circulante	-	32	32	
Não Circulante	-	1.430	1.430	

(11) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PREVIDENCIÁRIOS E TRIBUTOS DIFERIDOS

(11.1) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2011	Companhia	2011	Consolidado
		2010	2010	2010
Circulante				
Impostos a Compensar/Recuperar (11.1.1).....	30.595	24.806	112.932	88.759
Créditos Tributários e Previdenciários	30.595	24.806	112.932	88.759
Não Circulante				
Créditos Tributários e Previdenciários - Prejuízo Fiscal e Base Negativa (11.1.2).....	11.702	9.924	130.573	131.160
Créditos Tributários - Diferenças Temporárias (11.1.2).....	23.904	14.544	586.308	528.556
Créditos Tributários - PIS / COFINS (11.1.2).....	-	-	78.802	71.286
Impostos a Compensar/Recuperar (11.1.1).....	-	-	5.119	5.043
Créditos Tributários e Previdenciários	35.606	24.468	800.802	736.045
Redução ao Valor Recuperável de Créditos Tributários	(35.606)	(24.468)	(157.138)	(142.963)
Total	-	-	643.664	593.082

(11.1.1) IMPOSTOS A COMPENSAR/RECUPERAR

O saldo é composto por Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de R\$ 30.245 (R\$24.503 em 2010) e demais tributos a compensar R\$350 (R\$ 303 em 2010) na Companhia e, no consolidado, por IRPJ de R\$79.099 (R\$68.963 em 2010), INSS de R\$2.762 (R\$2.370 em 2010), Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) de R\$16.785 (R\$11.687 em 2010), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de R\$15.287 (R\$8.007 em 2010) e demais tributos a compensar de R\$4.118 (R\$2.775 em 2010).

(11.1.2) DEMAIS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

	2011	Companhia	2011	Consolidado
		2010	2010	2010
Prejuízos Fiscais a Compensar	27.365	22.157	313.539	308.210
Aliquota.....	25%	25%	25%	25%
(1) Créditos Tributários de Imposto de Renda - Prejuízos Fiscais	6.841	5.539	78.385	77.053
Provisões para Ações Judiciais, para Perdas e Obrigações Fiscais.....	67.953	40.422	1.271.800	1.143.245
Agio em Investimentos.....	3.169	3.169	311.233	311.233
Outros.....	20	20	124.919	118.977
Base de Cálculo	71.142	43.611	1.707.952	1.573.455
Aliquota.....	25%	25%	25%	25%
(2) Créditos Tributários Imposto de Renda - Diferenças Temporárias	17.786	10.903	426.988	393.364
(3) = (1) + (2) Total dos Créditos Tributários - Imposto de Renda	24.627	16.442	505.373	470.417
Base Negativa de Contribuição Social.....	54.012	48.724	412.229	435.226
Aliquota.....	9%	9%	9% e 15%	9% e 15%
(4) Créditos Tributários de Contribuição Social - Bases Negativas	4.861	4.385	52.188	54.107
Provisões para Ações Judiciais, para Perdas e Obrigações Fiscais.....	67.963	40.434	981.913	804.940
Agio em Investimentos.....	-	-	19.219	19.219
Outros.....	20	20	117.172	113.778
Base de Cálculo	67.983	40.454	1.118.304	937.937
Aliquota.....	9%	9%	9% e 15%	9% e 15%
(5) Créditos Tributários de Contribuição Social - Diferenças Temporárias	6.118	3.641	159.320	135.192
(6) = (4) + (5) Total dos Créditos Tributários - Contribuição Social	10.979	8.026	211.508	189.299
(7) = (3) + (6) Total dos Créditos Tributários	35.606	24.468	716.881	659.716
Redução ao valor recuperável de créditos tributários (11.1.2).....	(35.606)	(24.468)	(157.138)	(142.963)
(8) Subtotal	-	-	559.743	516.753
(9) Créditos Tributários - PIS/COFINS (a)	-	-	78.802	71.286
(8) +(9) + (10) Total dos Créditos Tributários - Líquidos	-	-	638.545	588.039
Não Circulante	-	-	638.545	588.039

(a) Refere-se a créditos tributários de Programa de Integração Social - PIS e COFINS, calculados sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados.

Em 2011, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e de bases negativas de imposto de renda e contribuição social a compensar são formados como demonstrado a seguir:

Ano	Companhia		Consolidado	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
1994.....	-	4.618	-	4.618
1999.....	-	852	-	852
2000.....	-	1.599	-	1.599
2001.....	-	11.305	-	11.305
2002.....	-	-	42.436	62.829
2003.....	-	2.616	10	2.744
2004.....	-	-	84.917	123.948
2005.....	-	-	66.991	76.674
2006.....	-	-	52.561	53.314
2007.....	22.156	26.767	25.468	27.702
2008.....	-	965	525	1.492
2009.....	-	-	14	737
2011.....	5.209	5.290	40.617	37.137
Saldos a Compensar em 2011	27.365	54.012	313.539	412.229

Em 2011, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Ano	Consolidado	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
2012.....	9%	18%
2013.....	11%	9%
2014.....	15%	12%
2015.....	16%	13%
2016.....	14%	14%
2017 a 2018.....	29%	27%
2019 a 2021.....	6%	10%

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionados, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais não estão apresentadas no quadro acima pois dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados fu-

turos aprovados pela Administração das controladas, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias.

(11.2) TRIBUTOS DIFERIDOS

	2011	Companhia	2011	Consolidado
		2010	2010	2010
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais (a).....	-	-	364.270	264.562
Ajuste a Valor de Mercado.....	1.227	3.502	11.733	14.330
Outros.....	-	-	24.638	36.333
Base de Cálculo	1.227	3.502	400.641	315.225
Aliquota.....	25%	25%	25%	25%
(1) Tributos Diferidos - Imposto de Renda	307	876	100.160	78.806
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais (a).....	-	-	364.270	264.562
Ajuste a Valor de Mercado.....	1.227	3.502	11.733	14.330
Outros.....	-	-	24.638	25.271
Base de Cálculo	1.227	3.502	400.641	304.163
Aliquota.....	9%	9%	9% e 15%	9% e 15%
(2) Tributos Diferidos - Contribuição Social				

**(18) DEPÓSITOS DE TERCEIROS**

	Consolidado					
	2011			2010		
	Prêmio Direto	Cosseguro	Total	Prêmio Direto	Cosseguro	Total
1 a 30 dias	17.286	49	17.335	19.233	577	19.810
31 a 60 dias	2.696	1.223	3.919	5.016	609	5.625
61 a 120 dias	7.293	2.618	9.911	9.427	1.445	10.872
121 a 180 dias	5.547	520	6.067	5.066	1.267	6.333
181 a 365 dias	1.189	3.222	4.411	2.120	767	2.887
Acima de 365 dias	2.952	1.836	4.788	2.500	497	2.997
Subtotal.....	36.963	9.468	46.431	43.362	5.162	48.524
Recebimento						
Antecipado	-	-	7.324	-	-	5.794
Total	-	-	53.755	-	-	54.318

(19) PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA**(19.1) PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS**

Descrição	2011		2010		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Provisão de Prêmios Não Ganhos					
Sinistros a Liquidar e Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR	121.996		1.009.480		1.131.476
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	18.432		18.432		36.864
Total de Provisões para Saúde	1.149.908		935.498		2.085.406
Circulante	1.119.309		905.829		2.025.138
Não Circulante	30.599		29.669		60.268
Danos					
Provisão de Prêmios Não Ganhos	1.320.292		1.106.229		2.426.521
Sinistros a Liquidar e Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR	1.106.229		1.038.607		2.144.836
Outras	1.357		2.798		4.155
Total de Provisões para Danos	2.427.878		2.137.334		4.565.212
Circulante	2.072.892		1.950.843		4.023.735
Não Circulante	354.986		186.491		541.477
Pessoas					
Provisão de Prêmios Não Ganhos	69.681		223.533		293.214
Sinistros a Liquidar e Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR	223.533		133.817		357.350
Outras (a).....	133.817		33.277		167.094
Total de Provisões para Pessoas	427.031		343.205		770.236
Circulante	185.185		174.156		359.341
Não Circulante	241.846		169.049		410.895
Vida com Cobertura de Sobrevida					
Sinistros a Liquidar e Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR	6.786		741.195		747.981
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	741.195		363		741.558
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	363		342		705
Outras	34.217		31.620		65.837
Total de Provisões para Vida com Cobertura de Sobrevida	782.561		628.926		1.411.487
Circulante	188.300		155.355		343.655
Não Circulante	594.261		473.571		1.067.832
Total	4.787.378		4.224.963		9.012.341
Circulante	3.565.686		3.186.183		6.751.869
Não Circulante	1.221.692		1.038.780		2.260.472

(a) Em função de recentes decisões judiciais, a SULASEG realizou incrementos na Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) na ordem de R\$99.414 em 2011. No resultado do exercício de 2011, esse efeito líquido de imposto e contribuições é de R\$56.020.

Estas decisões conferem direito à seguradora de ofertar nova proposta de readequação para que se restabeleça o devido equilíbrio econômico-financeiro da apólice, desde que seja feita de modo suave, gradual e com o devido aceite do segurado. Por outro lado, as decisões determinam que os segurados sejam mantidos nas apólices originais.

Devido à complexidade do cumprimento destas decisões judiciais, dado que sugerem negociações individuais, a SULASEG decidiu provisionar possíveis efeitos econômicos e financeiros futuros, em virtude destas negociações.

(19.2) MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS

	Consolidado				Total
	Provisão de Prêmios Não Ganhos	Sinistros a Liquidar e Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR	Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	
Saldo em 01.01.2010	1.972.025	2.110.094	399.156	13.871	4.494.146
Baixa da Brasil Veículos	(710.129)	(246.199)			(956.328)
Saldo em 01.01.2010 ajustado	1.261.896	1.944.895	399.156	13.871	3.619.818
Adições	-	-	219.768	-	219.768
Emissões	9.125.601	-	-	-	9.125.601
Baixas / Cancelamentos	(946.904)	-	-	-	(946.904)
Prêmios Não Ganhos	(8.011.008)	-	-	-	(8.011.008)
Avisados / Alterações	-	5.667.251	693	220	5.673.164
Pagamentos	-	(5.741.372)	(58.826)	-	(5.799.198)
Transferências	-	-	(354)	354	-
Correção Monetária / Juros	-	165.383	30.118	20	195.521
Varição do IBNR / IBNC	-	86.506	-	-	86.506
Saldo em 31.12.2010	1.429.585	2.122.663	590.555	14.465	4.157.268
Outras provisões	-	-	-	-	67.695
Total	-	-	-	-	4.224.963

	Consolidado				Total
	Provisão de Prêmios Não Ganhos	Sinistros a Liquidar e Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR	Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	
Saldo em 31.12.2010	1.429.585	2.122.663	590.555	14.465	4.157.268
Adições	-	-	256.447	-	256.447
Emissões	9.980.884	-	-	-	9.980.884
Baixas / Cancelamentos	(888.728)	-	-	-	(888.728)
Prêmios Não Ganhos	(9.009.772)	-	-	-	(9.009.772)
Avisados / Alterações	-	7.250.463	(150)	4.361	7.099.674
Pagamentos	-	(6.880.757)	(144.568)	(142)	(7.065.117)
Transferências	-	-	(85)	85	-
Correção Monetária / Juros	-	16.103	38.996	26	55.125
Varição do IBNR / IBNC	-	(162.444)	-	-	(162.444)
Saldo em 31.12.2011	1.511.969	2.346.028	741.195	18.795	4.617.987
Outras provisões	-	-	-	-	169.391
Total	-	-	-	-	4.787.378

Em 31.12.2011 e 2010, a provisão de sinistros a liquidar contempla sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, relativas, principalmente, aos ramos de automóveis e vida. Em 31.12.2011 e 2010, a posição de sinistros em disputa judicial era a seguinte:

	2011			Total
	Quantidade	Valor de Abertura	Valor Provisionado	
PSL Bruta de Resseguro				
PROVÁVEL				
Até 1 ano	3.123	25.013	14.744	42.880
1 a 3 anos	4.652	75.550	44.228	124.428
Mais de 3 anos	2.274	316.413	263.800	586.487
Total de Provável	10.049	416.976	322.772	840.205
POSSÍVEL				
Até 1 ano	2.454	55.807	36.815	94.076
1 a 3 anos	1.601	77.145	36.511	253.461
Mais de 3 anos	1.560	257.679	116.138	475.477
Total de Possível	5.615	390.631	189.464	995.174
REMOTA				
Até 1 ano	135	5.753	891	6.579
1 a 3 anos	269	74.052	4.409	75.320
Mais de 3 anos	703	188.745	27.843	217.291
Total de Remota	1.107	268.550	33.143	297.790
TOTAL	16.771	1.076.157	545.379	2.979.265

	2010			Total
	Quantidade	Valor de Abertura	Valor Provisionado	
PSL Bruta de Resseguro				
PROVÁVEL				
Até 1 ano	2.248	26.905	20.000	53.153
1 a 3 anos	4.654	81.240	54.416	138.809
Mais de 3 anos	2.534	305.265	253.879	561.558
Total de Provável	9.436	413.410	328.295	903.203
POSSÍVEL				
Até 1 ano	2.274	43.972	30.313	77.159
1 a 3 anos	1.809	133.721	69.225	276.705
Mais de 3 anos	2.020	292.379	134.565	689.269
Total de Possível	6.103	470.072	234.103	1.114.241
REMOTA				
Até 1 ano	207	6.735	1.541	8.483
1 a 3 anos	315	18.483	3.846	20.714
Mais de 3 anos	736	161.047	25.858	193.641
Total de Remota	1.258	186.265	31.245	218.764
TOTAL	16.797	1.069.747	593.643	2.840.208

(19.3) MOVIMENTAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PREVIDÊNCIA

	Consolidado			
	Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	Provisão de Insuficiência de Contribuição	Total
Saldos em 01.01.2010	1.534.613	293.691	65.715	1.894.019
Constituições / (Reversões)	192.572	5.541	24.384	222.497
Portabilidade de Entrada	88.622	-	-	88.622
Portabilidade de Saída	(64.315)	-	-	(64.315)
Resgates	(75.480)	-	-	(75.480)
Benefícios	-	(35.303)	-	(35.303)
Atualizações Monetárias	161.062	46.978	11.055	219.095
Saldos em 31.12.2010	1.837.074	310.907	101.154	2.249.135
Outras	-	-	-	10.368
Total	-	-	-	2.259.503
Circulante	-	-	-	501.247
Não Circulante	-	-	-	1.758.256

	Consolidado			
	Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	Provisão de Insuficiência de Contribuição	Total
Saldos em 31.12.2010	1.837.074	310.907	101.154	2.249.135
Constituições / (Reversões)	196.207	24.854	(4.307)	216.754
Portabilidade de Entrada	98.703	-	-	98.703
Portabilidade de Saída	(84.149)	-	-	(84.149)
Resgates	(85.826)	-	-	(85.826)
Benefícios	-	(45.985)	-	(45.985)
Atualizações Monetárias	150.319	36.387	9.513	196.219
Saldos em 31.12.2011	2.112.328	326.163	106.360	2.544.851
Outras	-	-	-	9.763
Total	-	-	-	2.554.614
Circulante	-	-	-	553.995
Não Circulante	-	-	-	2.000.619

(19.4) GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

	Consolidado	
	2011	2010
Provisões Técnicas de Seguros	4.787.378	4.224.963
Provisões Técnicas de Previdência Complementar	2.554.614	2.259.503
(-) Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	539.124	454.095
Montante a ser Garantido	6.802.868	6.030.371
Ativos dados em Garantia:		
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	34.496	30.632
Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos (a)	837.536	813.918
Quotas de Fundos Especialmente Constituídos (a)	2.334.502	1.955.941
Títulos de Renda Fixa - Públicos	2.396.134	2.327.290
Títulos de Renda Fixa - Privados	984.941	773.009
Depósitos Judiciais	20.245	27.198
Depósitos Especiais no IRB	6.228	5.911
Direitos Creditórios	444.162	425.507
Total de Ativos	7.058.244	6.359.406

(a) Em 31.12.2011, as linhas de "Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos" e "Quotas de Fundos Especialmente Constituídos" contemplam o montante de R\$391.383 (R\$571.774 em 2010) no consolidado relativo aos Equivalentes de Caixa, que para fins de divulgação das demonstrações financeiras estão apresentadas na rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixa", conforme a nota 7.

(20) PARTES RELACIONADAS**(20.1) TRANSAÇÕES**

Os principais saldos de ativos e passivos referentes as operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativos a operações de transações



Consolidado 2011			
	Depósitos Judiciais e Fiscais	Outras Ações Judiciais	Obrigações Fiscais
Fiscais:			
COFINS.....	332.096	-	303.000
PIS.....	250.537	-	205.843
Contribuição Social.....	194.751	28.128	178.615
Imposto de Renda.....	109.292	1.884	99.164
Outros.....	46.735	24.705	44.657
Previdenciárias:			
INSS.....	610.465	202.997	1.025
Trabalhistas e Cíveis:			
Ações Trabalhistas.....	40.436	29.824	-
Ações Cíveis.....	90.915	250.378	-
DPVAT.....	1.155	4.003	-
Outros.....	-	332	-
Total.....	1.676.382	542.251	832.304
Circulante.....	-	59.342	-
Não Circulante.....	1.676.382	482.909	832.304

Consolidado 2010			
	Depósitos Judiciais e Fiscais	Outras Ações Judiciais	Obrigações Fiscais
Fiscais:			
COFINS.....	288.867	-	288.251
PIS.....	230.359	-	173.185
Contribuição Social.....	137.650	16.418	135.278
Imposto de Renda.....	84.965	1.902	78.080
Outros.....	60.565	24.327	59.958
Previdenciárias:			
INSS.....	569.088	194.753	1.018
Trabalhistas e Cíveis:			
Ações Trabalhistas.....	35.860	38.007	-
Ações Cíveis.....	111.375	236.334	-
DPVAT.....	1.083	3.608	-
Outros.....	-	436	-
Total.....	1.519.812	515.785	735.770
Circulante.....	-	46.622	-
Não Circulante.....	1.519.812	469.163	735.770

Os depósitos judiciais e fiscais são mensurados pelo valor justo através do resultado.

(22.1) AÇÕES JUDICIAIS DE NATUREZAS CÍVEL, TRABALHISTA, FISCAL, DPVAT E PREVIDENCIÁRIAS

A Companhia e determinadas controladas possuem as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

Companhia 2011			
	Quantidade	Valor em Risco	Obrigações Fiscais
Fiscais			
Provável.....	1	1.004	1.004
Possível.....	2	53	20
Remota.....	1	315	6
Total.....	4	1.372	1.030

Companhia 2010			
	Quantidade	Valor em Risco	Obrigações Fiscais
Fiscais			
Provável.....	1	914	914
Possível.....	2	69	20
Remota.....	1	296	6
Total.....	4	1.279	940

Consolidado 2011			
	Quantidade	Valor em Risco	Outras Ações Judiciais
I - Cíveis e DPVAT			
Provável.....	7.682	244.295	174.710
Possível.....	4.558	189.778	72.657
Remota.....	656	128.871	7.014
Total.....	12.896	562.944	254.381
II - Trabalhistas			
Provável.....	209	46.178	22.426
Possível.....	176	57.253	6.460
Remota.....	250	150.605	938
Total.....	635	254.036	29.824
III - Fiscais e Previdenciárias:			
Provável.....	180	677.380	677.264
Possível.....	317	678.145	407.589
Remota.....	283	970.508	5.165
Total.....	780	2.326.033	1.090.018

Consolidado 2010			
	Quantidade	Valor em Risco	Outras Ações Judiciais
I - Cíveis e DPVAT			
Provável.....	6.492	212.673	157.828
Possível.....	4.653	191.591	74.404
Remota.....	847	122.237	7.710
Total.....	11.992	526.501	239.942
II - Trabalhistas			
Provável.....	380	56.324	27.056
Possível.....	202	60.851	10.725
Remota.....	168	131.309	226
Total.....	750	248.484	38.007
III - Fiscais e Previdenciárias			
Provável.....	153	602.177	602.177
Possível.....	270	452.499	304.129
Remota.....	256	850.125	66.864
Total.....	679	1.904.801	973.170

As ações judiciais classificadas como "possíveis" ou "remotas" são calculadas com base na experiência de pagamentos e representa a parte destas ações judiciais que a Administração entende que seja provável o desembolso, com base na história comportamental de ações desta natureza na carteira da SulAmérica.

(22.2) MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS RELEVANTES

Consolidado					
	Saldo em 01.01.2010	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31.12.2010
Cíveis e DPVAT.....	306.216	81.001	16.459	(163.734)	239.942
Fiscais:					
PIS.....	174.436	1.541	3.089	(5.881)	173.185
COFINS.....	479.888	12.677	17.525	(221.839)	288.251
Imposto de renda.....	84.832	17.557	4.615	(27.022)	79.982
Contribuição social.....	102.203	49.598	4.754	(4.859)	151.696
Outros.....	87.051	10.181	1.483	(14.430)	84.285
Previdenciárias:					
INSS.....	131.613	55.282	9.117	(241)	195.771
Total.....	1.022.218	213.541	103.958	(333.226)	1.099.018
Cíveis e DPVAT.....	239.942	95.769	8.888	(90.218)	254.381
Fiscais:					
PIS.....	173.185	41.128	3.879	(12.349)	205.843
COFINS.....	288.251	18.277	23.811	(27.339)	303.000
Imposto de renda.....	79.982	14.870	7.337	(1.141)	101.048
Contribuição social.....	151.696	46.716	11.257	(2.926)	206.743
Outros.....	84.285	11.547	3.427	(29.897)	69.362
Previdenciárias:					
INSS.....	195.771	17.249	12.287	(21.285)	204.022

(22.3) AÇÕES FISCAIS

As principais ações fiscais em 31.12.2011 e 2010, são:

(a) **COFINS**
As controladas das áreas de seguros e previdência SALIC, SULASEG, SASG, CIA SAÚDE e SAÚDE questionam judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30.05.2003) incidentes sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e previdência. A SAÚDE, ainda questiona a incidência da COFINS nas empresas de seguros (alíquota de 3%) sobre a receita da atividade de seguro e outras receitas.
Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e previdência privada (no caso da SAÚDE, também a incidência de 3% de COFINS sobre a atividade de seguro) e remota sobre outras receitas. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados de acordo com a expectativa de perda/desembolso da Administração.

(b) **PIS**
As controladas das áreas de seguros e de previdência privada, exceto a SAÚDE, questionam judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta operacional estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados de acordo com a expectativa de perda/desembolso da Administração. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas.

As controladas SAÚDE e CIA SAÚDE questionam a legalidade da contribuição ao PIS sobre a receita bruta à alíquota de 0,65%, determinada pelas Leis nºs 9.701 e 9.718/1998, e vinho depositando judicialmente os valores exigidos. No período compreendido entre 1999 e dezembro de 2006 as seguradoras efetuaram recolhimentos nos termos determinados pela Lei Complementar nº 7/1970 (PIS Repique). A partir de janeiro de 2007, a SAÚDE passou a recolher o PIS sobre a receita das atividades, depositando e provisionando a contribuição sobre outras receitas e, com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou, a partir da competência junho de 2009, a recolher a contribuição somente sobre a receita de sua atividade de seguro. A CIA SAÚDE obteve decisão parcialmente favorável, tendo a sentença reconhecido o seu direito de recolher a contribuição sem a ampliação da base de cálculo, passando, a partir de 2008, a recolher o PIS sobre a receita da atividade de seguros. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda referente ao PIS devido com base na receita das atividades de seguros e remota a perda da demanda referente a ampliação da base de cálculo (outras receitas).

(c) **INSS**
As controladas das áreas de seguro e de previdência privada vêm questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados encontram-se com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e concessão de liminar em Mandado de Segurança e provisionados em sua totalidade.
Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda das demandas relativas à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores.

(d) **IRPJ**
A partir de 01.01.1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia e suas controladas vem questionando judicialmente o procedimento, tendo obtido liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados na sua totalidade.

(e) **CSLL**
De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a contribuição social (CSLL) à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. As controladas da atividade de seguros obtiveram liminar para recolher a contribuição social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo contingente provisionado na sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda.
Adicionalmente, com a edição da Lei nº 11.727/2008, as controladas da área financeira, de seguros e de previdência privada ficaram sujeitas a majoração da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, as controladas de seguros e previdência complementar e a controlada SAMI passaram a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda.

Em relação a todas as ações judiciais, os valores questionados encontram-se provisionados de acordo com a expectativa de perda/desembolso da Administração.

(22.4) CONTINGÊNCIAS

As principais contingências em 31.12.2011 e 2010, são:

(a) **INSS**
As controladas das áreas de seguro vêm questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços médicos, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Em outubro e dezembro de 2010, as controladas BRASILSAÚDE e SALIC obtiveram decisão favorável nos processos da Lei 9.876/1999 e Lei Complementar nº 84/1996 respectivamente, relativos aos prestadores médicos, tendo transitado em julgado os acordos que admitiram o nosso pleito. Em março de 2011, a BRASILSAÚDE levantou o depósito judicial no montante de R\$21 milhões e a SALIC ainda encontra-se aguardando autorização para levantamento do depósito judicial relacionado, no montante de R\$21 milhões. A controlada SALIC obteve provimento ao recurso especial interposto referente a Lei 9.876/1999, afastando a incidência da contribuição previdenciária sobre os valores repassados aos profissionais da área de saúde. As controladas CIA SAÚDE e SAÚDE, aguardam o julgamento do Recurso de Apelação. Os advogados que patrocinam a causa reputam como remota a perda da demanda.

(b) **IRPJ/CSLL**
Foram lavrados autos de infração contra as controladas CIA SAÚDE e SALIC em que se exige os tributos não pagos em função da dedução, nas bases

de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, da amortização de ágio oriundo de incorporação da sua controladora SLT Participações S.A. e STA Participações S.A., respectivamente, nos anos-calendário 2005, 2006 e 2007. Os valores exigidos atualizados até 31.12.2011 montam R\$138.548. As controladas apresentaram a tempestiva impugnação aos autos de infração lavrados e, com base na opinião de seus advogados reputam como possível a perda da demanda.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(23.1) CAPITAL SOCIAL - COMPANHIA

O capital social da Companhia em 31.12.2011, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 31.03.2011, é de R\$1.237.882 (R\$1.185.831 em 2010), dividido em ações ordinárias e preferenciais, ambas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas, como a seguir:

		ON	PN	TOTAL
01.01.2010	Ações	466.113.588	377.774.205	843.887.793
01.01.2010	Ações em Tesouraria (vide nota 23.2)	(1.638.735)	(3.277.470)	(4.916.205)
		464.474.853	374.496.735	838.971.588
31.12.2010	Ações	466.113.588	377.774.205	843.887.793
31.12.2010	Ações em Tesouraria (vide nota 23.2)	(3.998.451)	(7.996.902)	(11.995.353)
		462.115.137	369.777.303	831.892.440
31.12.2011	Ações	466.113.588	377.774.205	843.887.793
31.12.2011	Ações em Tesouraria (vide nota 23.2)	(4.484.351)	(8.968.702)	(13.453.053)
		461.629.237	368.805.503	830.434.740

(23.2) AÇÕES EM TESOURARIA - RECOMPRA DE AÇÕES

Em 07.10.2008, 07.10.2009 e 28.02.2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou programas de recompra de até, respectivamente, 1.052.636, 1.046.872 e 3.192.379 certificados de depósitos de ações - *units*, representativos, cada, de 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais da Companhia, que correspondiam a 3% das *units* em circulação no mercado e a aproximadamente 1,1% do total de ações de emissão da Companhia nas respectivas datas de aprovação dos programas de recompra.

Tendo em vista que, em 28.07.2010, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o desdobramento de ações de sua emissão (de forma que cada ação, ordinária ou preferencial, foi desdobrada em 3 ações da mesma espécie), tanto as ações que se encontravam em tesouraria em tal data, bem como o saldo remanescente de *units* do programa de recompra aprovado em 2009 foram igualmente desdobrados na mesma proporção do desdobramento. Ressalta-se, ainda, que a quantidade de *units* aprovada no programa de 2011 já considerou o efeito do desdobramento mencionado.

Os programas de recompra adotados pela Companhia têm como finalidade a aquisição de seus valores mobiliários para manutenção em Tesouraria e utilização em plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia. A operação atende também aos interesses da Companhia, tendo em vista suas perspectivas de crescimento e rentabilidade, bem como a existência de reservas disponíveis, nos termos da Instrução CVM nº 10/1980.

Movimentação das Ações em Tesouraria (a)	Quantidade de <i>Units</i>	Preço Médio Ponderado do período (em reais)	
Ações em Tesouraria em 01.01.2010.....	546.245		0,00
Recompra de ações no mercado - Programa de Recompra.....	743.500		45,71
Alienação de ações no período - Programas de Opção de Compra de Ações.....	(469.909)		22,14
Aquisição de ações no período - Programas de Opção de Compra de Ações.....	469.909		44,05
Saldo de <i>units</i> em Tesouraria em 28.07.2010 (antes do desdobramento de ações)	1.289.745		51,30
Saldo após o desdobramento de ações realizado em 29.07.2010 na proporção de 3:1	3.869.235		17,10
Recompra de ações no mercado - Programa de Recompra.....	129.216		16,51
Alienação de ações no período - Programas de Opção de Compra de Ações.....	(204.274)		7,51
Aquisição de ações no período - Programas de Opção de Compra de Ações.....	204.274		17,72
Ações em Tesouraria em 31.12.2010.....	3.998.451		17,60
Recompra de ações no mercado - Programa de Recompra.....	748.800		13,21
Alienação de ações no período - Programas de Opção de Compra de Ações.....	(1.388.697)		10,65
Aquisição de ações no período - Programas de Opção de Compra de Ações.....	1.125.797		19,31
Ações em Tesouraria em 31.12.2011.....	4.484.351		19,45

(a) As *units*, quando transferidas para a Tesouraria são desconstituídas, representando, em 31.12.2011 4.484.351 ações ordinárias e 8.968.702 ações preferenciais e em 31.12.2010, 3.998.451 ações ordinárias e 7.996.902 ações preferenciais (já com o efeito do desdobramento realizado em 2010).

As compras de ações para manutenção em Tesouraria, ocorridas no ano de 2011 foram de R\$ 21.745 (R\$24.319 em 2010). Tais compras foram registradas na rubrica "Ações em Tesouraria", sendo o custo mínimo de aquisição de *units*, em 31.12.2011, de R\$19,07 (R\$13,55 em 2010) e o máximo de R\$20,55 em 31.12.2011 (R\$15,65 em 2010). O valor de mercado das *units*, calculado com base na última cotação em 31.12.2011, é de R\$15,10 (R\$20,80 em 2010).

(23.3) CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO - COMPANHIA

O capital social da Companhia poderá ser elevado, além das ações já existentes, até o limite de 450 milhões de novas ações ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a espécie e classe das ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de colocação, independentemente dos aumentos de capital deliberados em Assembleia Geral.

(23.4) RESERVA LEGAL

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/



(24.1.2) SINISTRALIDADE, CUSTO DE AQUISIÇÃO E MARGEM BRUTA
Os seguintes índices são extraídos da apuração de resultado por BU em 24.1.1:

Descrição	Consolidado 2011			
	Saúde	Danos	Pessoas	Total
Sinistralidade (a)	79,96%	62,82%	64,03%	74,58%
Custo de Aquisição (b)	6,82%	21,01%	34,12%	11,82%
Margem Bruta (c)	13,22%	16,17%	1,85%	13,61%

Descrição	Consolidado 2010			
	Saúde	Danos	Pessoas	Total
Sinistralidade (a)	77,21%	59,90%	50,49%	71,03%
Custo de Aquisição (b)	6,37%	22,52%	23,16%	11,72%
Margem Bruta (c)	16,41%	17,57%	26,34%	17,25%

Os índices apurados representam a proporção:
(a) Dos sinistros ocorridos e despesas com benefícios em relação aos prêmios ganhos;
(b) Dos custos de aquisição em relação aos prêmios ganhos;
(c) Das margens brutas em relação aos prêmios ganhos.

(24.1.3) PRÊMIO RETIDO POR REGIÃO
O Prêmio Retido por região é distribuído da seguinte forma:

Região	Consolidado 2011			
	Saúde	Danos	Pessoas	Total
Sudeste	4.743.562	1.538.075	273.336	6.554.973
Sul	155.124	450.975	83.981	690.080
Nordeste	934.970	294.033	45.782	1.274.785
Outros	303.184	244.948	56.833	604.965
Total	6.136.840	2.528.031	459.932	9.124.803

Região	Consolidado 2010			
	Saúde	Danos	Pessoas	Total
Sudeste	4.209.974	1.497.306	274.495	5.981.775
Sul	125.702	429.433	68.964	624.099
Nordeste	807.296	261.423	43.420	1.112.139
Outros	152.008	186.684	36.889	375.581
Total	5.294.980	2.374.846	423.768	8.093.594

(24.1.4) PRINCIPAIS ATIVOS E PASSIVOS POR SEGMENTO
Apresentamos a seguir os saldos das provisões técnicas, líquidas de resseguro, conforme os requerimentos dos órgãos reguladores das controladas de seguro e saúde, e os respectivos ativos garantidores destas provisões técnicas:

	Consolidado 2011			
	Saúde	Danos	Pessoas	Total
Ativos				
Titulos de Renda Fixa - Públicos	789.260	1.029.035	577.839	2.396.134
Quotas de Fundos de Investimentos	2.126	143.652	3.060.756	3.206.534
Titulos de Renda Fixa - Privados	388.062	427.446	169.433	984.941
Direitos Creditórios	-	444.162	-	444.162
Depósitos Judiciais	-	7.874	12.371	20.245
Depósitos Especiais no IRB	-	5.989	239	6.228
Total	1.179.448	2.058.158	3.820.638	7.058.244
Passivos				
Provisões Técnicas de Seguros e Resseguros	1.144.835	1.902.455	3.755.578	6.802.868
Total	1.144.835	1.902.455	3.755.578	6.802.868

	Consolidado 2010			
	Saúde	Danos	Pessoas	Total
Ativos				
Titulos de Renda Fixa - Públicos	542.590	1.175.472	609.228	2.327.290
Quotas de Fundos de Investimentos	61.714	133.996	2.604.781	2.800.491
Titulos de Renda Fixa - Privados	367.848	359.750	45.411	773.009
Direitos Creditórios	-	425.507	-	425.507
Depósitos Judiciais	-	14.640	12.558	27.198
Depósitos Especiais no IRB	-	5.674	237	5.911
Total	972.152	2.115.039	3.272.215	6.359.406
Passivos				
Provisões Técnicas de Seguros e Resseguros	932.053	1.875.250	3.223.069	6.030.372
Total	932.053	1.875.250	3.223.069	6.030.372

(24.2) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS – SEGUROS

	Consolidado 2011		Consolidado 2010	
Receitas com Operações de Seguros		3.916		18.128
Receitas com Prestação de Serviços		7.596		4.633
Outras Receitas Operacionais - DPVAT		1.645		1.600
Outras Receitas com Operações de Seguros		7.030		641
Total		20.187		25.002

(24.3) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – SEGUROS

	Consolidado 2011		Consolidado 2010	
Constituição de Provisão para Ações Judiciais e Outras Operações		(78.596)		(125.945)
Despesas com Operações (a)		(55.461)		(101.287)
Despesa com Pro-Labore		(89.499)		(80.598)
Serviços Técnicos		(27.974)		(24.934)
Varição no Valor Recuperável dos Prêmios e Tributos a Receber		(10.257)		(20.807)
Despesas com Cobrança		(7.799)		(1.491)
Taxas de Administração		(8.073)		-
Total		(277.659)		(355.062)

(a) Referente a vários acontecimentos como volume maior de contingências registradas em 2010 no montante de R\$ 13.334, e serviços técnicos de instalação de alarme anti-furto em 2010 maior que em 2011 em R\$ 6.067.

(24.4) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Companhia 2011		Companhia 2010	
Pessoal Próprio (a) (b)		(2.941)		(7.412)
Serviços de Terceiros		(4.271)		(2.719)
Localização e Funcionamento		(1.384)		(1.229)
Recuperação de Despesas (c)		1.531		3
Outras Despesas Administrativas		(1.206)		(755)
Total		(8.271)		(12.112)

(24.5) RESULTADO FINANCEIRO POR CATEGORIA

	Companhia 2011		Companhia 2010	
Titulos e Valores Mobiliários		4.712		14.489
Valor Justo por Meio do Resultado		(4.712)		4.689
Disponível para Venda		9.424		9.800
Hedge de Fluxo de Caixa (Empréstimos e Swap)		(49.209)		(43.291)
Outros		1.897		1.730
Total		(42.600)		(27.072)

(24.6) RESULTADO DA ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTO E IMOBILIZADO
Em junho de 2010, a SALIC alienou, à vista, imóvel de sua propriedade na capital de São Paulo, pelo montante de R\$130.000, proporcionando um lucro líquido de custo de alienação, de R\$69.051. Em 29.10.2010 foi efetuado o pagamento referente à venda da participação na BRASILVEÍCULOS (vide nota 4 III), gerando um lucro líquido do custo de alienação, de R\$237.648. Outras transações também são reconhecidos nesta conta.

(24.7) RECONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro Líquido antes da Provisão para Imposto de Renda, Contribuição Social e Participações	445.708	445.708	617.247	617.247
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas Oficiais	(111.427)	(40.114)	(154.312)	(55.552)
Adições:				
Despesas Não Dedutíveis	(6.895)	(2.475)	(5.034)	(1.812)
Juros sobre Capital Próprio	(6.751)	(2.430)	(6.960)	(2.505)
Outras - Adições	(66)	(24)	(1.991)	(726)
Exclusões:				
Resultado Positivo com Equivalência Patrimonial	126.422	45.512	164.516	59.226
Reversão da provisão para riscos sobre Créditos	-	-	383	138
Compensação de Prejuízo Fiscal	-	-	717	258
Outras - Exclusões	-	-	315	113
Constituição de Prejuízo Fiscal e Base Negativa no Período	(1.302)	(476)	-	-
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(19)	(7)	(2.366)	(860)
Impostos Diferidos				
Constituição/Reversão - Crédito Tributário Prejuízo Fiscal / Base Negativa	1.302	476	(996)	(358)
Constituição/Reversão - Provisão para Riscos Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(1.302)	(476)	996	358
Constituição - Crédito Tributário sobre Diferenças Temporárias (C)	6.883	2.478	4.239	1.526
Reversão - Provisão para Riscos Diferenças Temporárias	(6.883)	(2.478)	(4.239)	(1.526)
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	(19)	(7)	(2.366)	(860)

Lucro Líquido antes da Provisão para Imposto de Renda, Contribuição Social e Participações

	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
747.714	747.714	1.009.289	1.009.289	
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas Oficiais	(186.928)	(104.163)	(252.322)	(146.520)
Adições:				
Provisão para Ações Judiciais e Obrigações Fiscais	(22.362)	(15.250)	(13.678)	(8.387)
Provisão para Riscos de Créditos	(1.985)	(1.316)	(4.970)	(3.027)
Despesas Não Dedutíveis	(21.159)	(10.410)	(12.763)	(5.681)
Ajustes de Adoções de CPCs	-	-	(724)	(317)
Outras - Adições	(1.963)	(5.865)	(3.923)	(5.352)
Exclusões:				
Reversão de Provisões Não Dedutíveis	-	-	1.065	639
Atualizações de Depósitos Judiciais	25.283	15.170	5.234	3.140
Reversão Despesas Não-Dedutíveis	-	-	1.293	871
Encargos sobre Participações nos Lucros	10.625	5.965	8.743	4.915
Realização de Ágio	-	-	12.319	-
Juros sobre Capital Próprio	17.500	6.300	-	1.918
Outras - Exclusões	6.665	5.403	10.577	5.949
Constituição de Prejuízo Fiscal e Base Negativa no Período	(10.154)	(5.254)	-	-
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa no Período	8.920	7.215	25.145	29.237
Redução de Incentivo Fiscal	13.421	-	10.696	-
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(162.137)	(102.205)	(213.308)	(122.615)
Impostos Diferidos				
Constituição/(Reversão) - Crédito Tributário Prejuízo Fiscal / Base Negativa	1.285	(1.959)	(23.056)	(27.419)
Constituição - Crédito Tributário sobre Diferenças Temporárias	36.102	23.425	10.206	13.508
Débito Tributário sobre Atualizações de Depósitos Judiciais	(24.806)	(15.495)	(10.749)	(5.110)
Constituição/(Reversão) da provisão para riscos	(9.243)	(3.200)	7.312	17.817
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	(158.799)	(99.434)	(229.595)	(123.819)

(24.8) BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO
A Administração de determinadas controladas identificou os seguintes benefícios pós-emprego:
(a) **Benefício de Aposentadoria Suplementar**
Benefício concedido aos funcionários até 2004 e que correspondia a 60% da média salarial das últimas 36 remunerações atualizadas, proporcionais ao número de anos trabalhados, limitado a 35 anos, deduzido do benefício previdenciário oficial. Esse plano foi extinto e substituído no segundo semestre de 2004 por um plano de contribuição definida, por meio do PGBL, contratado junto à SULASEG. Quando da alteração do regime do benefício, o passivo atuarial foi totalmente revertido contra o ativo atuarial, permanecendo somente o crédito atuarial, no montante de R\$29.255 em 31.12.2011 (R\$ 27.597 em 2010) relativo às contribuições passadas aportadas pelos funcionários que não fazem mais parte do atual quadro de pessoal e que será utilizado para fazer face às futuras contribuições. Esse montante está registrado na rubrica "Titulos e Créditos a Receber";
(b) **Benefícios de Renda Vitalícia**
Benefício concedido a um grupo exclusivo de ex-empregados aposentados e que consiste em uma renda vitalícia sem direito de continuação *post-mortem* para seus dependentes;
(c) **Programa de Indenização para Executivos**
Benefício concedido aos executivos no momento da aposentadoria, que passou pelas seguintes alterações durante o ano de 2003:

- Apresentou redução no número de participantes, sendo esse evento refletido nos resultados conforme determina o CPC 33 – Benefícios a empregados;
- Procedeu à alteração no cálculo e na elegibilidade da indenização. Determinadas controladas concederam aos seus executivos um plano de contribuição definida por meio do PGBL, contratado junto à SULASEG. O benefício de indenização para executivos garante um montante calculado individualmente, que considera o serviço passado até a data de implantação do plano atualizado até a data de aposentadoria, de acordo com o retorno dos investimentos do Fundo de Investimento Financeiro Especialmente Constituído - Plano Gerador de Benefícios Livres.

(24.8.1) RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL
Em 31.12.2011, o passivo reconhecido com base na avaliação atuarial referente ao benefício de renda vitalícia foi de R\$ 2.257 (R\$ 4.558 em 2010), e a despesa de 31.12.2011 foi de R\$ 1.697 (R\$ 1.939 em 2010). O passivo atuarial referente ao Programa de Indenização para Executivos em 31.12.2011 foi de R\$ 3.940 (R\$ 3.420 em 2010) e a despesa de 31.12.2011 foi de R\$ 519 (R\$ 3.271 em 2010).

(25) OUTRAS INFORMAÇÕES
(25.1) SEGUROS
É política das controladas manter cobertura de seguros para os imóveis que a SulAmérica utiliza, sejam eles próprios ou alugados, sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

Itens	Tipo de Cobertura		Valor da cobertura	
			2011	2010
Imóveis	Quaisquer danos materiais aos imóveis, instalações e máquinas e equipamentos		370.972	360.295
Veículos	Incêndio, roubo e colisão		59	59
Total			371.031	360.354

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

(25.2) CONCILIAÇÃO ENTRE LUCRO LÍQUIDO E CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Descrição	Companhia 2010		Consolidado 2010	
	2011 (Reclassificado)	2011 (Reclassificado)	2011 (Reclassificado)	2010 (Reclassificado)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	445.682	614.021	445.682	612.901
MAIS				
Depreciações e Amortizações	852	474	42.024	39.473
Juros e Variações Monetárias de Empréstimos e Swap	45.987	37.326	45.987	37.326
Juros e Variações Monetárias sobre Parcelamento Especial (REFIS)	26	29	3.646	5.014
Juros e Variações Monetárias de Depósitos Judiciais e Ações Fiscais	56	62	47.413	62.833
Outros	2.387	5.120	15.763	5.770
MENOS				
Participações de Acionistas não Controladores	-	-	-	(22.252)
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	(505.687)	(659.321)	-	-
Lucro na Venda de Ativo Mantido para Venda	-	-	-	(308.717)
Juros e Variações Monetárias de Depósitos Judiciais e Ações Fiscais	(90)	-	(107.877)	(65.298)
Outros	(2.399)	(142)	(9.276)	(10.199)
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Varição das Aplicações	(1.093)	224.208	(855.165)	(401.325)
Varição dos Créditos e Débitos das				